

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

UNIDADE EM ERECHIM

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO

SÉRGIO LUIZ KOCZICESKI

**SUCCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:
PROBLEMÁTICA SOCIAL E DESAFIOS PARA A GESTÃO
PÚBLICA EM PAULO BENTO/RS.**

ERECHIM

2007

SÉRGIO LUIZ KOCZICESKI

**SUCCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:
PROBLEMÁTICA SOCIAL E DESAFIOS PARA A GESTÃO
PÚBLICA EM PAULO BENTO/RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Administração na Universidade Estadual
do Rio Grande do Sul.

Prof.^a Ms. Rosane Menna Barretto Peluso
Orientadora.

ERECHIM

2007

SÉRGIO LUIZ KOCZICESKI

**SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:
PROBLEMÁTICA SOCIAL E DESAFIOS PARA A GESTÃO
PÚBLICA EM PAULO BENTO/RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Administração na Universidade
Estadual do Rio Grande do Sul.

Aprovado em...../...../.....

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Silvia Santin Bordin
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Prof.^a Ms. Rosane Menna Barretto Peluso
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dra. Bernardete Maria Popoaski
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores familiares de Paulo Bento que contribuíram com o estudo, manifestando suas opiniões.

A Prof.^a Ms. Rosane Menna Barreto Peluso, pela orientação e entusiasmo.

A Prof.^a Dra. Silvia Santin Bordin, pela compreensão.

A minha esposa Claudette, filhos Leonardo e Bruno, pela compreensão de que o tempo reduzido de convívio se deve a uma boa causa.

A todos os professores que me ajudaram na construção de novos conhecimentos e com isso alargaram os horizontes a serem vislumbrados.

A colega de trabalho Maricruz Salete Montemezzo pelo apoio na pesquisa.

A todos os colegas da EMATER/RS-ASCAR, que de uma ou outra forma, apoiaram e incentivaram a iniciativa do estudo.

A todos os meus colegas de turma pela convivência e incentivo.

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo verificar a forma pela qual a sucessão hereditária na agricultura familiar no município de Paulo Bento/RS está ocorrendo, sua influência e impactos na economia e sociedade. As famílias rurais foram estratificadas e classificadas de acordo com a renda e o tamanho das propriedades em descapitalizadas, em transição e consolidadas. Através de pesquisa de opinião, usando-se questionários estruturados com questões de múltipla escolha, identificou-se o interesse profissional dos jovens nascidos no meio rural e suas correlações, com conflitos entre gerações e relações de gênero. Através de consulta a bibliografia específica caracterizou-se a agricultura familiar e a forma pela qual se processa a sucessão hereditária e as formas de acesso a terra no Canadá, França, Polônia, Tunísia e em diversas regiões do Brasil. Buscou-se inserir informações sobre a influência das rendas não-agrícolas (pluriatividade) nestes países. Fez-se, também, referência a conceitos de gestão de unidades de produção agropecuária. Constatou-se que em Paulo Bento/RS a média de filhos por casal de agricultores varia de 2,0 a 2,5 e que, nas famílias em processo de transição esta média apresenta-se declinante, devido a preocupação destas em manter uma faixa patrimonial mínima para ser transferida aos filhos por herança. Da mesma forma, identificou-se que a população rural, principalmente entre as famílias descapitalizadas, está em processo de envelhecimento, que os nascimentos masculinos superam os femininos e que, as filhas moças são preparadas desde a infância para trabalhos urbanos. Ainda, constatou-se que, entre os rapazes das famílias descapitalizadas e em transição, o trabalho não-agrícola conjugado com o trabalho agrícola das propriedades, os tem mantido por mais tempo no meio rural. Entre os agricultores descapitalizadas a indisponibilidade de área agricultável para a instalação de toda a prole e o baixo nível de escolaridade tem estimulado o processo de venda das propriedades, cujos moradores transferem-se para os centros urbanos próximos. Constatou-se, ainda, que para ser ungido como sucessor hereditário nas unidades de produção, há preferência por sucessores do sexo masculino com a menor escolaridade. Finalmente, propõe-se políticas de gestão pública para minimizar os efeitos contrários a permanência dos jovens no meio rural, como a introdução da policultura atuando como fonte geradora de renda e de remuneração mais justa a mão-de-obra rural; a introdução de atividades que valorizem social e economicamente o trabalho feminino, como o turismo rural; a valorização do ensino formal entre os agricultores e programas de educação informal que, busquem a qualificação profissional do agricultor nas atividades produtivas e, principalmente, nas atividades de gestão das propriedades; melhores condições nos processos de financiamentos fundiários, com adequação do valor teto a região e a possibilidade de contemplar a aquisição das

partes co-herdeiras; a criação do serviço municipal de inspeção sanitária com a adesão ao sistema unificado nacional; a continuidade da pesquisa iniciada, aplicando-a a região geográfica estabelecida ao Norte do Rio Grande do Sul, como forma de potencializar o conhecimento regional nos assuntos relativos a sucessão hereditária na agricultura familiar, até este momento, pouco explorado e conhecido.

PALAVRAS CHAVE: Agricultura familiar, Sucessão hereditária, sucessão na agricultura familiar.

ABSTRACT

The present study had for objective to verify the form for which the hereditary succession in familiar agriculture in the city of Pablo Bento/RS is occurring, its influence and impacts in the economy and society. The agricultural families had been stratified and classified in accordance with the income and the size of the decapitalized properties in, transition and consolidated. Through opinion research, using itself questionnaires structured with questions of multiple choice, identified to the professional interest of the young born in the agricultural way and its correlations, as conflicts between generations and relations of sort. Through consultation the specific bibliography characterized it familiar agriculture and the form for which if it processes the hereditary succession and the forms of access the land in Canada, France, Poland, Tunisia and in diverse regions of Brazil. One searched to insert information on the influence of the incomes not-agriculturists (pluriatividade) in these countries. One became, also, reference the concepts of management of units of farming production. This average was evidenced that in Pablo Bento/RS the average of children for couple of agriculturists varies of 2,0 the 2,5 and that, in the families in transition process presents declining, due the concern of these in keeping a minimum patrimonial band to be transferred to the children for inheritance. In the same way, it was identified that the agricultural population, mainly between the decapitalized families, is in aging process, that the masculine births surpass the feminine ones and that, the young children is prepared since infancy for urban works. Still, one evidenced that, it enters the youngsters of the decapitalized families and in transition, the work not-agriculturist conjugated with the agricultural work of the properties, has kept them for more time in the agricultural way. The non-availability of agricultável area for the installation of all enters the decapitalized agriculturists the offspring and the low level of escolaridade has stimulated the process of venda of the properties, whose inhabitants move to the next urban centers. One evidenced, still, that to be unguido as successive hereditary in the units of production, it has preference for successors of the masculine sex with the lesser escolaridade. Finally, one considers politics of public administration to minimize the contrary effect the permanence of the young in the agricultural way, as the introduction of the policultura acting as generating source of income and remuneration more joust the agricultural man power; the introduction of activities that value social and the feminine work economically, as the agricultural tourism; the valuation of formal education between the agriculturists and programs of informal education that, searches the professional qualification of the agriculturist in productive activities e, mainly, in the activities of management of the properties; better conditions in the processes of agrarian financings, with adequacy of the value ceiling the e region the possibility to

contemplate the acquisition of the parts co-heiresses; the creation of the municipal service of sanitary inspection with the adhesion to the unified system national; the continuity of the initiated research, applying it it established geographic region to the North of the Rio Grande Do Sul, as form of potencializar the regional knowledge in the relative subjects the hereditary succession in familiar agriculture, until this moment, little explored and known.

WORDS KEY: Familiar agriculture, hereditary Succession, succession in familiar agriculture.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	Agricultura Familiar.....	14
2.2	Formas de acesso a terra na agricultura familiar.....	15
2.3	A renda não-agrícola nas propriedades rurais familiares.....	19
2.4	As perspectivas dos jovens na agricultura familiar.....	20
2.5	Gestão das propriedades rurais familiares.....	22
3	METODOLOGIA.....	25
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	28
4.1	Caracterização das famílias participantes da pesquisa.....	28
4.2	Pensando a sucessão na agricultura em Paulo Bento.....	37
4.3	Proposições.....	40
4.3.1	Trabalhando a geração de renda e a adequada remuneração da mão-de-obra rural.....	41
4.3.2	Trabalhando a questão de gênero.....	42
4.3.3	Trabalhando a questão educacional.....	43
4.3.4	Trabalhando o acesso a terra.....	45
4.3.5	Trabalhando a agregação de valor a produção primária.....	47
4.3.6	Proposições para as entidades apoiadoras e organizacionais: assistência técnica e extensão rural, universidades, sindicatos e associações.....	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

APÉNDICE A.....	55
APÉNDICE B.....	59

INTRODUÇÃO

Muito tem se falado sobre o envelhecimento da população rural, das questões de gênero e dos conflitos de gerações que influenciam as decisões nos empreendimentos agropecuários. Diz-se também, que está difícil convencer os jovens, filhos de agricultores familiares, detentores de pequenas áreas a darem continuidade a atividade dos pais, em virtude da pouca disponibilidade de área agricultável e da expectativa de retorno financeiro muito baixa. Neste estudo, procurou-se levantar a discussão com os agricultores do tipo familiar no município de Paulo Bento/RS e seus filhos, prováveis sucessores na atividade, estes aspectos e, através de pesquisa estratificada por renda bruta das propriedades, levantar informações sobre esta problemática social. O conhecimento da realidade municipal forneceu subsídios para discutir com maior propriedade os destinos que se vislumbram para estes empreendimentos e, verificar, de acordo com o caso, as possibilidades de intervenção.

Estudos recentes têm demonstrado, pelo mundo afora, que herdar a propriedade dos pais é a forma mais usual entre as populações camponesas para garantir a reprodução social, cultural e econômica das famílias. No entanto, a forma pela qual a sucessão acontece nas diferentes partes do mundo difere de acordo com os componentes econômicos, políticos e culturais das Nações.

Lamarche (1993) coordenou estudos relacionados a estes aspectos da agricultura familiar em cinco países: Canadá, França, Polônia, Brasil e Tunísia. Evidenciou as particularidades destas Nações e demonstrou que de uma forma geral, a transmissão de patrimônio na agricultura leva em consideração muito mais os aspectos culturais, cuja tradição encontra-se enraizada nas famílias camponesas,

do que os meramente jurídicos e legais. Desta forma, dificilmente acontece a sucessão igualitária.

No Brasil, por tratar-se de país com vasta extensão territorial, formação étnica diversificada e estratificada regionalmente, da mesma forma, a sucessão na agricultura familiar tem tratamento diversificado e diretamente influenciado por estes fatores. Brumer (1993) avalia que a transmissão do patrimônio por hereditariedade é muito comum na região Sul, tem menor intensidade no Nordeste e não é significativa no Sudeste. Abramovay (2001) em pesquisa realizada no Oeste Catarinense confirma as afirmações de Brumer (1993) em relação a região Sul e vai mais além afirmando que parcela importante dos empreendimentos rurais familiares de pequeno porte sofrem com a falta de sucessores que queiram continuar a atividade dos pais.

Procurou-se por trabalhos similares que contemplassem a região do Alto Uruguai, onde se encontra localizado o município de Paulo Bento/RS, objeto deste estudo, mas não obteve-se êxito nesta tarefa. Certamente, estudos desta natureza, ainda não contemplaram esta região. Este fator, antes de ser um empecilho para a realização deste trabalho de pesquisa, tornou-se fator de estímulo.

Para a realização da pesquisa de campo estratificou-se as propriedades rurais do município em três categorias: descapitalizadas¹, em transição² e consolidadas³. Foi determinado o número da amostragem a ser utilizada e os entrevistados, previamente agrupados e caracterizados, foram selecionados através de sorteio. A pesquisa de campo foi realizada no mês de junho de 2007.

Assim, o objetivo geral deste estudo é verificar a forma pela qual a sucessão na agricultura familiar no município de Paulo Bento está ocorrendo, sua influencia e impactos na economia e sociedade. A sociedade precisa conhecer os mecanismos que afetam, de alguma forma, positiva ou negativamente, o processo de desenvolvimento local. A economia local, da mesma forma, está intimamente ligada

¹ Quando a renda bruta anual é inferior a dezesseis mil reais, a área agricultável disponível é pequena e a viabilidade econômica do empreendimento é comprometida. Geralmente são agricultores de poucos esclarecimentos, apresentam dificuldades relativas ao poder de análise e discernimento e o nível tecnológico e de produtividade são deficientes (BLUM, 2001).

² Quando a renda bruta anual é superior a dezesseis mil reais e inferior a quarenta e cinco mil reais. São pessoas de esclarecimentos, poder de análise, discernimento e influencia comunitária de nível mediano (BLUM, 2001).

³ Quando a renda bruta anual é superior a quarenta e cinco mil reais. São agricultores que usam alta tecnologia e apresentam demanda crescente por insumos e máquinas modernas. Geralmente são esclarecidos, com boa liderança nas comunidades e detentores de bom poder de análise e discernimento (BLUM, 2001).

aos movimentos que se processam na sociedade e, por estes, são determinados seus rumos, sendo desejável que sejam favoráveis não apenas aos índices econômicos e financeiros, mas, e, principalmente, aos índices, muitas vezes, de difícil mensuração, de crescimento e desenvolvimento social. Os objetivos específicos consistem em conhecer a realidade das famílias rurais de acordo com a renda e o tamanho das propriedades localizadas no município de Paulo Bento/RS; identificar o interesse profissional dos jovens nascidos no meio rural e suas correlações, como conflitos entre gerações e relações de gênero e, por último, propor ações de gestão pública para facilitar o processo sucessório. Durante o estudo, foi dedicada atenção especial na identificação do interesse profissional dos jovens descendentes de agricultores familiares, pois acredita-se que o fato de nascerem no meio rural não é determinante e condicionante para a sua continuidade e, sim, a sua identificação e preferência pelas atividades agropecuárias. Dentro da mesma linha de pensamento, as ações de gestão pública propostas levam em consideração a aptidão profissional e o desejo de permanência no meio rural, pois como país democrático que, publicitariamente somos, seria desumano e antidemocrático condicionar o jovem a permanecer na propriedade rural, quando esta não é a sua opção pessoal.

O trabalho está dividido em capítulos distintos: no primeiro capítulo apresenta-se o estudo bibliográfico que embasou o trabalho; no segundo apresenta-se a metodologia da pesquisa; no terceiro capítulo apresenta-se o resultado da pesquisa, faz-se considerações e ponderações sobre o mesmo propõe-se procedimentos de gestão pública consideradas pertinentes; o quarto capítulo foi destinado as considerações finais do autor e, no quinto capítulo apresentam-se as referencias bibliográficas consultadas no transcorrer do estudo. Ainda constam em apêndice os formulários utilizados na pesquisa de campo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo destina-se a registrar, de maneira breve, as informações colhidas antes e durante o estudo, de autores diversos e que ajudaram a embasar a pesquisa e as discussões dos resultados desta.

2.1 Agricultura familiar

Conceituar a agricultura familiar é trabalho árduo, tendo em vista os diversos entendimentos. Para Lamarche (1993) a agricultura familiar, ou agricultura enquanto atividade familiar, é a “idéia de uma identidade entre família e exploração”. Na sua avaliação “corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados a família”. Relaciona ainda a interdependência dos fatores ligados a propriedade, trabalho e meios que propiciam noções abstratas e complexas, como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. Para Costabeber & Caporal (2003) “a agricultura familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução”. Evidenciam os autores que a lógica familiar é diferente da lógica que impulsiona a agricultura capitalista. A definição de Tedesco (2001) também é bastante abrangente: “a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestação de valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno da e para a família”. Ressalta ainda a complexidade analítica, cujos processos envolvem as “relações de trabalho, o sentido de agrupamento e sua multifuncionalidade em espaços de trabalhos diferenciados”.

Para Wanderley (2001) a conceituação de agricultura familiar assume ares de novidade e renovação para designar conceitos já enraizados na sociedade brasileira como o tradicional camponês, agricultor de subsistência e pequeno produtor rural e incorpora conceitualmente os desafios da modernidade. Afirma a autora que “a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio dessas sociedades, as quais obrigam a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais”. As transformações a que se refere à autora, “no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores” e acrescenta ao agricultor familiar moderno a capacidade de adaptar-se às novas exigências da sociedade, sem desvincular-se das tradições camponesas.

2.2 Formas de acesso a terra na agricultura familiar

Segundo Abramovay (2001) apenas nos últimos anos o Brasil tem adotado políticas públicas, de interesse social e econômico, para a agricultura familiar, estabelecendo mecanismos de acesso ao crédito e a terra. Este retardamento em atender as necessidades das famílias do meio rural tem criado na grande maioria dos jovens herdeiros de pequenas parcelas de terras, o desejo de abandonar a atividade e buscar no meio urbano oportunidades mais promissoras de geração de renda. Da mesma forma, sendo o mercado de terras, um mercado imperfeito, cujo valor venal está diretamente associado às possibilidades mecanicistas e tecnológicas, bem como aos resultados econômicos obtidos na produção agropecuária, na grande maioria dos casos inviabiliza a expansão da agricultura familiar, de modo geral fragilizada economicamente. Estes fatores têm levado a conseqüências sérias como o envelhecimento e a masculinização celibatária da mão-de-obra rural e deixadas parcelas importantes de pequenas propriedades sem sucessores, segundo pesquisa realizada pelo autor no Oeste de Santa Catarina.

O acesso a terra no Brasil se dá de formas diferenciadas de acordo com a localização geográfica e com o componente cultural e formação étnica de suas populações. Estudos de Brumer (1993) apontam que na região do Cariri (PB) 28 % dos proprietários rurais obtiveram suas terras por herança, enquanto que na região

de Ijuí (RS) este percentual eleva-se a 70%. Por outro lado, na região de Leme (SP) praticamente inexitem casos de sucessão por herança, sendo as vendas de terras uma constante, tendo em vista os incentivos do governo para a produção de álcool combustível e a conseqüente expansão dos canaviais, geralmente pertencentes a conglomerados agroindustriais de grande porte. Na opinião de Carneiro (2006), nas questões relativas a herança patrimonial entre os agricultores familiares brasileiros predominam as regras culturais sobre o regramento jurídico, quando modificam-se as leis em favor dos interesses coletivos da família. Os códigos costumeiros ou usuais estabelecem o “símbolo da unidade e da identidade familiar” sobre o patrimônio, que deverá ser “reproduzido no tempo através dos laços familiares e da partilha desigual”. Este regramento cultural não reconhece todos os filhos com direitos iguais, selecionando um entre todos, normalmente homem, para dar continuidade a manutenção do patrimônio familiar, cabendo aos irmãos excluídos da partilha buscar sua sobrevivência normalmente fora do meio agrícola. Como forma de compensação aos excluídos normalmente é reduzido ao enxoval e alguns bens para as moças que se casam com outro agricultor ou aos demais “revertida em sua manutenção na cidade enquanto estuda e se prepara para a inserção no mercado de trabalho urbano”.

Quanto ao tamanho das propriedades familiares nas regiões de Leme (SP) e Ijuí (RS) predominam as propriedades com área entre 20 e 50 hectares, enquanto que no Cariri (PB) estas são menores, geralmente com menos de 20 hectares (BRUMER, 1993). Segundo Costabeber & Caporal (2003) a agricultura familiar no Rio Grande do Sul ocupa 32,90% da área total das explorações agropecuárias e representam 92,13% do número total de propriedades, ocupando 87,45% da mão-de-obra agrícola.

Sendo esta obra uma discussão sobre os problemas sucessórios da agricultura familiar em nível de Brasil, aguçou-se a curiosidade em conhecer esta realidade em outras partes do mundo. No Canadá, por exemplo, onde a média de área das propriedades é bem superior as das regiões coloniais brasileiras, a transmissão da propriedade acontece, geralmente, de forma paulatina. São criadas empresas familiares, aonde o pai vai vendendo aos filhos, partes do empreendimento, em forma de ações. São propriedades com alto grau de tecnificação e o tamanho médio varia conforme a região. Na região do Baixo São Lourenço (Quebec), onde a produção leiteira predomina, cerca da metade das

propriedades tem, em média, 172 hectares, sendo consideradas pequenas as propriedades com área de 60 hectares. Na região de Emerald a maioria das propriedades rurais dedica-se a cultura cerealista extensiva e a área média é de 500 hectares, podendo contudo chegar a 2.500 hectares (STANEK, 1993).

Ocorre, muitas vezes, segundo Stanek (1993), que devido ao elevado índice de endividamento destas propriedades a transmissão de patrimônio do pai para os filhos acelera ainda mais o processo de endividamento, pois os sucessores precisam recorrer a financiamentos para poder adquirir a área da família e que, segundo Lamarche (1993), “são constrangidos a comprar a exploração da geração mais velha”.

Na França, as propriedades rurais são menores em extensão do que no Canadá e igualmente variam de acordo com a localização geográfica. Estudos de Lamarche (1993) apontam que na região da Bretanha as propriedades rurais têm áreas de superfície entre 20 e 50 hectares e dedicam-se a um sistema de criação de gado intensivo e especializado. Na região de Marais variam entre 20 e 100 hectares e a forma de exploração consiste em sistemas de policultura, de criação de gado e grandes culturas. No Causse, as áreas das propriedades são de 200 a 500 hectares explorados em sistema de criação de gado ovino extensivo, podendo ser encontradas algumas propriedades menores. A transmissão da posse das propriedades pode acontecer, principalmente, de três maneiras: a compra de terras entre membros da família, a herança igualitária entre os descendentes ou a compra por terceiros com vistas à ampliação de área das unidades de produção. A ordem preferencial é a apresentada.

Consta ainda que, apenas um quinto das propriedades rurais tem a garantia de ter um sucessor e que dois terços estão em situação indefinida, não se sabendo precisar de que forma ocorrerá a sucessão. A quantidade de proprietários de áreas rurais do sexo masculino solteiros e sem sucessores na descendência é considerável, ou seja, cerca de 20%. Da mesma forma, identifica-se que a mão-de-obra rural está envelhecida e com perspectivas pouco prováveis de haver sucessão familiar nos negócios agrícolas, tendo em vista, a preferência preponderante entre os próprios agricultores de incitar seus filhos ao estudo e ao trabalho urbano (LAMARCHE, 1993).

Na Polônia as áreas das propriedades são sensivelmente menores que nos outros países, segundo estudos de Halamska (1993). Na região de Drobin, 20,8%

das propriedades rurais tem área inferior a 5 hectares, 50,2% tem uma superfície de exploração entre 5 e 10 hectares e 29% tem área superior a 10 hectares. Na região de Steszew é onde se encontram as maiores propriedades sendo que 44,1% tem uma superfície de exploração que conta com mais de 10 hectares, 16,5% tem uma área de 5 a 10 hectares e 39,4% tem área inferior a 5 hectares. A concentração de propriedades menores se dá na região de Zator onde 93,4% das famílias possuem áreas inferiores a 5 hectares, 6% tem propriedades com área entre 5 e 10 hectares e, apenas, 0,6% contam com uma área maior que 10 hectares. Quanto aos sistemas de produção podem ser definidos como um sistema único, onde se pratica em todas as unidades de produção a policultura e a criação de animais.

O apego a terra pelos agricultores poloneses é demonstrada através dos números. Em mais de 80% dos casos, os atuais proprietários de explorações agrícolas as receberam por herança e apenas 3% dos agricultores venderam parte da propriedade após as ter herdado. Como são áreas pequenas, para evitar a dispersão do patrimônio fundiário, a prática corrente a época da sucessão é a “partilha desigual entre os descendentes, com a compra, pelo que assume a exploração, das partes co-herdeiras” (HALAMSKA, 1993).

Os agricultores poloneses têm boa formação profissional e esta é condição essencial para poder herdar a propriedade, segundo dados de Halamska (1993). Geralmente, os jovens recebem qualificação para serem agricultores e aguardam a oportunidade para tomar posse da exploração em trabalhos urbanos, formando uma espécie de “reserva” a espera da oportunidade de assumir a propriedade rural. A profissão de agricultor e o estatuto social da propriedade são uma tradição familiar.

A mobilidade social também é muito baixa na Polônia. As famílias camponesas moram há muitos anos no mesmo vilarejo. Identifica-se uma pequena mobilidade através das gerações entre comunidades rurais compostas por várias aldeias ou dentro da mesma região. Também inexistem problemas matrimoniais e é freqüente encontrar mulheres à frente das explorações (Halamska, 1993).

Na Tunísia, a posse da terra tem caráter de patrimônio e meio de prestígio social mais solidificados do que como instrumento de produção. Estudos de Gana (1993) apontam para um fraco dinamismo fundiário, onde as propriedades rurais são transferidas quase que exclusivamente através de processos hereditários. Por esta razão a incerteza quanto à sucessão é bem fraca, representando apenas 5% dos

casos. Não há apoio oficial para aquisição de terras, ou seja, inexistem formas de financiamento ou qualquer outra forma de estimular o acesso a terra.

O porte das explorações é também bastante reduzido, sendo cerca de 88% constituídas de propriedades com áreas inferiores a 20 hectares. Mas, na região de Rás Djebel, o problema é ainda mais crítico apresentando 67% das propriedades com área inferior a 5 hectares. Nesta região o sistema de cultivo predominante é a horticultura intensiva. Nas demais os sistemas predominantes são os das grandes culturas associadas às criações de gado extensivas, embora a horticultura semi-intensiva esteja presente em 32% das explorações (GANA, 1993).

2.3 A renda não-agrícola nas propriedades rurais familiares

A pluriatividade no Brasil, entendida como o exercício de uma atividade externa remunerada por algum membro da família que coabitam sobre o mesmo teto, é mais significativa na região do Cariri (PB), onde 67% das unidades de produção usam esta estratégia para a complementação da receita. Na região de Ijuí (RS) é atividade igualmente importante, sendo praticada por 55% das famílias. Já na região de Leme (SP) é menos freqüente e é praticada por 22% das famílias de agricultores (BRUMER, 1993). No Oeste de Santa Catarina a busca de renda fora da propriedade é praticada por 20% das famílias (ABROMOVAY, 2001). No Assentamento Annoni (RS) 40% das famílias complementa a renda com trabalhos remunerados realizados fora da propriedade (BAVARESCO, 2001). A pluriatividade na maioria dos casos é uma necessidade estrutural, ou seja, “a renda obtida nesse tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família como do próprio estabelecimento familiar” (WANDERLEY, 2001). Contrariamente a esta afirmação, Fialho (2000) afirma que a pluriatividade é causa de desagregação da agricultura familiar, porque os valores monetários adquiridos sob forma de trabalho não-agrícola geralmente são destinados a melhoria da qualidade de vida, em detrimento do aperfeiçoamento ou manutenção das atividades agrícolas do estabelecimento. Segundo o autor, este procedimento leva ao processo de sucateamento dos equipamentos e benfeitorias usadas na atividade agrícola e, por conseqüência, a um crescente desinteresse pela incorporação de inovações

tecnológicas, causando a saída paulatina dos membros mais jovens da família e a desarticulação da capacidade produtiva. Entretanto, avaliando a atividade pluriativa sob o viés sob das condições sociais de gênero, Carneiro (2006) afirma que é um elemento importante para contribuir com a permanência da mulher no meio rural e para resolver crises de sucessão.

Se levarmos em consideração a situação dos agricultores familiares franceses, veremos que as atividades pluriativas também naquele país são uma constante. Lamarche (1993) afirma que na Bretanha está consolidada, no Marais é encontrada de forma moderada e é menor na região do Causse. De qualquer forma, a exploração agrícola não é mais o lugar exclusivo do desenvolvimento das atividades profissionais da família.

Entre os agricultores poloneses, a pluriatividade, é atividade corrente. Não apenas os filhos que estão aguardando a posse da exploração moram na propriedade e realizam atividades externas, mas também é comum os chefes da exploração e seus cônjuges possuírem outra atividade. O mercado de emprego fora da agricultura é vasto e capaz de absorver toda a mão-de-obra excedente nas explorações agrícolas, segundo relatos de Halamska (1993).

A questão relacionada a pluriatividade para os agricultores tunisianos praticamente não tem importância, pois a grande maioria trabalha em turno integral nas lides agrícolas. Ao mesmo tempo, estudos de Gana (1993), demonstram que 92% das explorações declaram poder explorar uma área maior da qual são detentores, ficando evidenciado que há excedente de mão-de-obra. Diante desta perspectiva o trabalho das mulheres nas atividades agrícolas também são dispensadas e, estas participam mais ativamente nas produções animais.

2.4 As perspectivas dos jovens na agricultura familiar

Sob outro ângulo a pesquisa de Brumer (1993) avalia a possibilidade dos filhos destas famílias continuarem nas atividades agrícolas e afirma que 54% dos filhos homens na região do Cariri (PB) são declarados como agricultores e apenas 18% das filhas mulheres. Na região de Ijuí (RS) a agricultura ocupa a maior parte dos filhos, sendo 54% dos filhos homens e 51% das filhas mulheres. Em Leme (SP)

a profissão de agricultor predomina entre os filhos homens, onde 72% continuarão na atividade, em contrapartida, apenas 13% das filhas serão agricultoras. No Oeste de Santa Catarina segundo Abramovay (2001) mais de dois terços dos filhos homens desejam permanecer na agricultura e, em contrapartida, apenas 32% das moças fazem esta opção. Da mesma forma, pesquisa realizada por Bavaresco (2001) indica que no Assentamento Annoni no Rio Grande do Sul 64% dos filhos homens permanecem na agricultura, enquanto que entre as mulheres este percentual cai para 36%. Ainda informa o autor que a saída da propriedade dos pais acontece com a média de idade de 21 anos.

No entanto, para Wanderley (2001) os agricultores brasileiros não se opõem a mobilidade espacial e, freqüentemente, a migração é a solução para resolver os problemas fundiários das famílias, principalmente no sul do país, entre os descendentes masculinos.

Como se viu pelos dados apresentados é mais freqüente a busca pelo trabalho não-agrícola entre as mulheres jovens, fato atribuído por Weisheimer (2006) pela “divisão sexual do trabalho” nas unidades de produção do tipo familiar, impondo condições subalternas e de invisibilidade do trabalho feminino. Desta forma, elas dificilmente têm possibilidades de “acesso aos rendimentos financeiros advindos da agricultura, nem vislumbram entre as suas possibilidades suceder aos pais na gestão da unidade familiar e terem a propriedade da terra para o exercício autônomo da agricultura”.

A questão educacional foi estudada por Abramovay (2001) no Oeste de Santa Catarina e constatou que 74% dos filhos homens tem formação igual ou inferior a 8ª série do ensino fundamental e apenas 3% são formados como técnicos agrícolas. Para as filhas mulheres o nível mais freqüente de escolaridade encontrado foi o da formação com o segundo grau com um índice de 56%. Perguntados sobre o nível mínimo de instrução que consideram ideal para desenvolver bem a profissão de agricultor apenas 9% consideraram a formação em técnicas agrícolas como a ideal e 57% consideraram que ter formação igual ou inferior a 8ª série do ensino fundamental é o suficiente. Por outro lado, o 1º Censo da Reforma Agrária, realizado pelo INCRA/UNB, indica que entre os beneficiários o nível de analfabetismo ou semi-analfabetismo (aqueles que não concluíram a 1ª série) é de 11,1% no Rio Grande do Sul e 42,6% no Brasil e que 78,8% possui escolaridade igual ou inferior a 8ª série (RS), sendo que a nível nacional este índice cai para 49,6%. Ainda, o referido censo,

informa que apenas 3,8% dos beneficiários gaúchos possuem instrução superior ao ensino fundamental e que a nível nacional este índice é de 2,7% (BAVARESCO, 2001).

2.5 Gestão das propriedades rurais familiares

Blum (2001) afirma que o gerenciamento das unidades familiares de produção deixa a desejar por ser espontâneo e realizado com muita superficialidade. Este fato é ocasionado pela escassez e pobreza da terra, pela mão-de-obra de baixa qualificação e pela conseqüente descapitalização dos agricultores que exploram propriedades em regime de economia familiar. Como conseqüências são apontadas as formas precárias de comercialização, baixa escala de produção, falta de agregamento de valor a produção, diversificação excessiva, tecnologias incompatíveis, pouca disponibilidade de formação e informação, relações de troca desfavoráveis e a inexistência de política agrícola. Outra conseqüência apontada pelo autor é o associativismo, que é muito pouco utilizado e quando o é faz-se mau uso desta prática. Para Pinheiro (2001) as associações de agricultores podem ser um tipo de organização ideal, quando combinam entre si participação democrática de todos os membros e capacidade de pressão na busca por benefícios para o grupo. No entanto, alerta que são alvos de práticas clientelistas de outras organizações como sindicatos, prefeituras, igrejas e até de políticos locais.

Uma das formas para buscar a equidade ou igualdade, dentre as maneiras exógenas é a de injetar no sistema rural financiamentos e subsídios, obedecendo “princípios participativos, sem distinção, cooperativo, democrático, de visão sistêmica e com supervisão, orientação e treinamentos educativos informais”. Outra maneira de buscar o desenvolvimento das famílias e comunidades rurais e que requer seja feita a médio e longo prazo, é a disponibilização de ensino fundamental e médio e dar-se condições efetivas para que possam ser usufruídos pela população rural (BLUM, 2001). Tremea (2001) elenca um terceiro fator de desenvolvimento da agricultura familiar : a agregação de valor sobre a produção, “através da implantação do processo de agroindustrialização, criando uma nova organização social no

campo, de parceria associativa entre os produtores e seus familiares, de geração de emprego e renda...”.

Os problemas relacionados com a capacidade empresarial dos agricultores familiares apontados por Blum (2001) são os seguintes: falta de administração, gerenciamento e visão empresarial; falta de análise de custos, margens brutas, lucratividade e análise de investimentos; falta de associativismo e de visão sistêmica; desconhecimento das melhores formas de comercialização e agregação de valor; uso de tecnologias inapropriadas para o tamanho do estabelecimento. Estes problemas, para o autor, têm origem na assistência técnica, que os produtores não recebem ou se a recebem não está preparada para atuar desta forma. Afinal, fazendo-se a “análise econômica nas propriedades rurais, conhece-se a propriedade como um todo e sistematicamente; determinam-se os pontos de estrangulamento, o fluxo de caixa, os riscos e flexibilidades da propriedade,...e os objetivos do agricultor”. Este pensamento é compartilhado por Lima et. al. (2001) ao afirmar que “diante da complexidade da agricultura moderna” não pode mais se admitir que o agricultor administre sozinho sua unidade de produção. Há a necessidade, segundo o autor, de a assistência técnica incorporar a assistência gerencial, levando ao agricultor uma visão empresarial da agricultura, para torná-los mais eficientes e competitivos. E continua, ao afirmar que uma “sólida formação econômica e gerencial” é condição básica para a prática de uma agricultura que a cada dia torna-se mais complexa e em constante transformação.

Lacki (1995) apud Blum (2001) afirma que

É necessário introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais e, além disso fazê-lo em todos os elos da cadeia agroalimentar; isto é no acesso aos insumos, na produção, na administração da propriedade, na transformação dos produtos e na comercialização dos excedentes. (TEDESCO, 2001, p.74)

A temática do gerenciamento ambiental nas unidades familiares de produção é levantada por Campos (2001) ao afirmar que é necessário buscar novas metodologias de planejamento ambiental “que atenuem os impactos dos processos produtivos depredatórios do meio ambiente”. Na avaliação do autor quanto menor e mais fragilizadas economicamente forem as propriedades rurais maior será a

pressão sobre as terras marginais, definidas como ecologicamente sensíveis que, embora não sejam impróprias para o cultivo, são altamente suscetíveis a deterioração ecológica.

3. METODOLOGIA

Visando dar forma e conteúdo ao tema proposto e com a finalidade de obter resposta aos objetivos especificados decidiu-se por fazer uma pesquisa de campo no município de Paulo Bento/RS, por ser a localidade de maior facilidade de contato deste autor com o público alvo do estudo.

Inicialmente consultou-se o cadastro das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, onde se constatou que 407 famílias estão inscritas no mesmo, acessando créditos e benefícios (MDA, 2005)⁴. Consultou-se ainda a agência do SICREDI⁵ na cidade para obter-se a informação do número de famílias tomadoras de financiamentos agropecuários e que não estão cadastradas no PRONAF. Obteve-se a informação de que são 20 famílias.

De posse destas informações, estratificou-se previamente as famílias em três categoriais a saber: consolidados, em transição e descapitalizados⁶. Levou-se em consideração as argumentações de Abramovay (2001), Blum (2001) e Garcia Filho (1999), em contraponto ao declarado pelos próprios agricultores nos seus dados cadastrais que geram os diversos enquadramentos nas linhas de crédito disponíveis⁷. Há de se salientar que, devido à seca ocorrida em 2004/2005, mesmo

⁴ Esta página de consulta na internet é atualizada periodicamente pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, órgão vinculado ao MDA.

⁵ O município conta com esta única agência bancária, no entanto, é comum, pela proximidade, os agricultores financiarem seus empreendimentos agropecuários em outros bancos nas cidades vizinhas de Erechim, Barão de Cotegipe, Jacutinga e Campinas do Sul. Mas, a parcela não abrigada sob o manto do PRONAF é bastante fiel ao sistema cooperativo do SICREDI e, mantém, ao menos, um empreendimento vinculado a esta organização pois, isto gera credibilidade na comunidade e respalda pleitos de ordem social e política.

⁶ Ver páginas 12 e 26 deste estudo.

⁷ Não se acessou diretamente os dados cadastrais de cada agricultor e, sim, o resultado final destas informações que geram o posterior enquadramento.

aqueles agricultores que não costumam contrair financiamentos cadastraram-se no PRONAF para poder acessar o programa denominado “Bolsa Estiagem 2005”⁸ (MDA, 2005) fazendo com que todos os agricultores do município possuam um cadastro oficial e estão devidamente registrados. Este fator gerou a confiança de que o universo a ser pesquisado abrange a totalidade dos empreendimentos agropecuários do município. Enfim, dos 427 estabelecimentos agropecuários sob regime de economia familiar identificados chegou-se a conclusão de que 10% pertencem a categoria dos agricultores consolidados, 34% estão em processo de transição e 56% estão descapitalizados.

Elaborou-se então dois questionários específicos para a realização de entrevista padronizada, com questões de múltipla escolha, que permitiu a opção por uma ou mais alternativas, possibilitando captar as opiniões divergentes entre o casal ou a dualidade da opinião. A base do questionário foi inspirada em Abramovay (2001) e adaptada aos objetivos do estudo e a realidade do município. O primeiro (Apêndice A) foi aplicado aos proprietários do empreendimento ou, como chamados neste estudo, de pais. O segundo (Apêndice B) foi aplicado aos filhos dos proprietários, rapazes ou moças, quando ainda residentes com os pais e solteiros. O universo a ser pesquisado constituído de 427 famílias foi estratificado e distribuído em três subgrupos. Dentro dos subgrupos a amostragem foi aleatória decidida em sorteio prévio do qual participaram as famílias com filhos cuja idade, de pelo menos um deles, estivesse na faixa de 13 a 30 anos, na condição de solteiro, vivendo ou não na unidade de produção. A estratificação foi realizada da seguinte forma.

1. Agricultores consolidados – considerou-se todos aqueles inscritos no PRONAF, Grupo E, cuja renda bruta anual é superior a quarenta e cinco mil reais e os demais que não se enquadram nesta faixa por ter renda bruta anual superior a oitenta mil reais (MDA, 2005). Neste sistema de produção os produtores usam alta tecnologia. Há uma demanda crescente por insumos⁹ e máquinas modernas, são esclarecidos, com boa liderança nas comunidades, bom poder de análise e discernimento (BLUM, 2001). Foram identificadas 41 famílias e a amostragem constitui-se de 2 famílias.

⁸ Auxílio emergencial financeiro para minimizar os prejuízos da seca ocorrida em 2004/2005, disponibilizado pelo Governo Federal.

⁹ Fertilizantes, corretivos, sementes certificadas, inseticidas, fungicidas, herbicidas, rações balanceadas, medicamentos, etc.

2. Agricultores em transição – considerou-se todos os inscritos no PRONAF, Grupo D, tendo renda bruta anual superior a dezesseis mil reais e inferior a quarenta e cinco mil reais (MDA, 2005). Estes produtores usam tecnologias medianas, tendo máquinas com maior tempo de uso¹⁰. A demanda por insumos é menor que no grupo anterior, são pessoas com menor esclarecimento que o grupo anterior e, em consequência, a liderança nas comunidades é mediana. Da mesma forma, o poder de análise e discernimento também são medianos (BLUM, 2001). Nestas condições foram identificadas 145 famílias e a amostragem constitui-se de 6 famílias.

3. Agricultores descapitalizados - considerou-se todos os inscritos no PRONAF, Grupos A, B, C e A/C, cuja renda bruta anual é inferior a dezesseis mil reais (MDA, 2005). Este grupo de produtores trabalha em pequenas áreas e a viabilidade econômica do empreendimento é comprometida, dificultando o acesso ao crédito. São agricultores de poucos esclarecimentos e apresentam muitas dificuldades relativas ao poder de análise e discernimento e, portanto, o nível tecnológico e de produtividade são deficientes (BLUM, 2001). Foram identificadas 241 famílias pertencentes a este grupo e a amostragem constitui-se em 9 famílias.

As entrevistas foram realizadas no período de 11 a 21 de junho de 2007.

O passo seguinte consistiu em tabular as informações colhidas e fazer-se à análise das mesmas conforme está descrito no capítulo seguinte.

¹⁰ Este grupo de produtores geralmente adquire máquinas e equipamentos usados, descartados pelos agricultores consolidados por sua obsolescência.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização das famílias participantes da pesquisa

Participaram da pesquisa 17 famílias das diversas localidades que compõe o município de Paulo Bento sendo que, destas, 9 são classificadas como descapitalizadas, 6 em processo de transição e 2 consolidadas, todas representativas em sua respectiva classificação. Percebeu-se que, entre os agricultores descapitalizados a idade média dos proprietários é sensivelmente maior que naquelas consideradas em transição ou consolidadas, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização das famílias de agricultores de Paulo Bento/RS quanto à idade dos proprietários, número e sexo dos filhos, em junho de 2007.

Classificação das famílias	Idade média dos pais (anos)	Idade média das mães(anos)	Numero de filhos por casal	Percentual de filhos homens	Percentual de filhas mulheres
Descapitalizadas	54,1	52,1	2,4	54,5	45,5
Em transição	51,5	47,3	2,0	66,7	33,3
Consolidadas	47,5	44,0	2,5	60,0	40,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Informação importante contida nesta tabela é o indicativo que a idade da mulher em relação ao homem no casamento, na média, é sempre inferior em todos as faixas de classificação. Mesmo assim é temerário afirmar que isto seja uma norma rígida e convencional, pois exceções foram detectadas na pesquisa de campo, embora não traduzam em números como possível tendência de reversão.

Quanto ao número de filhos por casal a média é muito semelhante nas famílias consolidadas e descapitalizadas, ou seja, 2,5 e 2,4 respectivamente, apresentando uma leve tendência declinante nas famílias em processo de transição. A pesquisa demonstrou que estas famílias (em transição) mostram-se mais preocupadas na manutenção de uma faixa patrimonial mínima a ser transferida para os filhos.

Outro fator importante a ser destacado, ainda reportando-se a tabela 1 é o fato de os nascimentos masculinos superarem numérica e expressivamente os nascimentos femininos, o que aliado à conhecida tendência das filhas mulheres abandonarem as unidades de produção com maior frequência que os homens, como será visto mais detalhadamente no decorrer do presente estudo, deixa o meio rural do município de Paulo Bento bastante masculinizado. E a dúvida que ocorre, neste momento, é a de saber se algumas retornarão ao meio rural através do casamento ou se existem mulheres urbanas dispostas a enfrentar as agruras da roça. Diante das circunstâncias, pode-se conjecturar que será mais fácil a elas atraírem os homens para as cidades ou estabelecer-se a masculinização celibatária nas unidades de produção, conforme preconiza Abramovay (2001). Neste sentido, a tabela 2 nos fornece elementos surpreendentes. A média de idade das filhas mulheres nas propriedades consideradas em transição e consolidadas é inferior a idade a qual são consideradas aptas ao trabalho, ou seja, 14 anos. Da constatação deste fato é possível formar raciocínio de que as mesmas saem em idade tenra da propriedade para estudar e galgar sua posição social nos meios urbanos. Por outro lado se, há uma idade média superior entre as filhas dos agricultores descapitalizados, isto se deve ao fato de que, algumas ainda, aceitam o casamento com um homem agricultor. Neste caso, em particular, a pesquisa apontou que 20% das filhas de agricultores descapitalizados encontram-se casadas e permanecem no meio rural.

É dedutível através desta tabela que a permanência das moças no meio rural é superior nas famílias em processo de transição e naquelas que estão consolidadas. No entanto, deve ressaltar-se que a metodologia da pesquisa, antepõe a condição da existência de ao menos um possível herdeiro na faixa etária dos 13 aos 30 anos, solteiro, não importando o sexo, desta forma, limitando o universo a ser pesquisado, o que levou a pesquisa de campo a estes dados, levando-se em consideração que o enfoque do estudo não tinha este objetivo específico.

Tabela 2 – Idade média, índice de solteiros e de permanência no meio rural dos jovens filhos de agricultores em Paulo Bento/RS, em junho de 2007.

	Agricultores descapitalizados		Agricultores em transição		Agricultores consolidados	
	Rapazes	Moças	Rapazes	Moças	Rapazes	Moças
Idade média (em anos de idade)	23,1	21,5	25,6	13,5	17,7	11,0
Índice de solteiros (%)	91,7	80,0	62,5	100,0	100,0	100,0
Permanentes no meio rural (%)	78,6	60,0	87,5	75,0	100,0	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Mas, em uma análise mais aprofundada, percebe-se que a idade média destas é muito baixa e, pelos indicativos, tanto bibliográficos, quanto de vivência, levam a crer que tão logo se passem alguns poucos anos, considerados vitais na formação de caráter e retidão, cuja valorização as famílias consideram importantes, seguirão os rumos da urbanização. Por estes resultados, pretende-se que, num futuro próximo, a pesquisa seja aprofundada com uma amostragem mais representativa e delineada especificamente para estudar este fenômeno.

A pesquisa também avaliou o grau de escolaridade dos filhos dos agricultores alvos da pesquisa podendo-se verificar, conforme a tabela 3, que também neste detalhe há preferência em dar-se melhor nível escolar as filhas, principalmente entre as famílias descapitalizadas e em transição. O fato se deve a condição de os pais vislumbrarem para as mesmas o futuro no mundo urbanizado, onde as exigências educacionais formais, acreditam, sejam maiores que no meio rural.

Tabela 3 – Nível de escolaridade dos filhos de agricultores em Paulo Bento/RS, em junho de 2007.

	Agricultores descapitalizados		Agricultores em transição		Agricultores consolidados	
	Rapazes	Moças	Rapazes	Moças	Rapazes	Moças
Até 4ª Série (Ensino Fundamental) - %	25,0	10,0	50,0	25,0	-	-
5ª a 8ª Série (Ensino Fundamental) - %	58,3	60,0	12,5	25,0	66,7	100,0
Segundo Grau - %	16,7	30,0	25,0	50,0	-	-
Nível universitário - %	-	-	12,5	-	33,3	-

(-) Não foram identificadas, na amostragem, pessoas com este nível de escolaridade.

FONTE: Pesquisa de campo.

Por outro lado, ao analisar-se a faixa etária dos rapazes (17 a 25 anos) que permanecem com as famílias no meio rural (tabela 2) percebe-se que é maior do que a idade média das moças (11 a 21 anos). Da mesma forma, a taxa de permanência também é superior (variando de 78 a 100% entre os rapazes e 60 a 100% entre as moças). Pelas informações da tabela 3 percebe-se que a escolaridade é menor, especialmente entre as famílias descapitalizadas e em transição. Levou-se, então, em consideração as informações da tabela 4 por onde pode verificar-se que a exportação de mão-de-obra para as cidades ocorre com maior freqüência nas famílias consideradas descapitalizadas.

Tabela 4 – Ocupação da mão-de-obra dos filhos de agricultores em Paulo Bento/RS, em junho de 2007.

	Agricultores descapitalizados		Agricultores em transição		Agricultores consolidados	
	Rapazes	Moças	Rapazes	Moças	Rapazes	Moças
Trabalho agrícola na unidade de produção (%)	41,7	30,0	37,5	50,0	66,7	50,0
Pluriativos (%)	28,6	-	37,5	-	-	-
Empregados agrícolas (%)	-	10,0	-	-	-	-
Trabalho urbano (%)	33,3	40,0	12,5	25,0	-	-
Sem idade para o trabalho (%)	8,3	20,0	12,5	25,0	33,3	50,0

(-) Não foram identificadas, na amostragem, pessoas exercendo estas atividades.

FONTE: Pesquisa de campo

Considerou-se como trabalho agrícola na unidade de produção o trabalho daqueles jovens agricultores que permanecem trabalhando exclusivamente na unidade de produção familiar. Os pluriativos são aqueles que, além de desenvolver estas atividades, também possuem um serviço externo a propriedade, geralmente na indústria, comércio ou serviço público, funções tipicamente urbanas, mas realizadas por estes jovens que permanecem morando na área rural com seus pais. Os empregados agrícolas são aqueles que prestam serviços a outras unidades de produção na área agrícola, mas desvincularam-se da propriedade paterna. Como trabalho urbano consideraram-se todos aqueles jovens que deixaram as unidades

de produção familiar para fixar residência e gerar sua reprodução econômica e social através do trabalho nas cidades. E, finalmente, considerou-se sem idade para o trabalho as crianças e adolescentes com idade inferior a 14 anos.

Para saber-se qual a influência dos pais em relação a permanência dos jovens no meio agrícola perguntou-se aos mesmos se eles, pais, estimulavam seus filhos a serem agricultores, cujos resultados são apresentados na tabela 5.

Tabela 5 – Respostas dos agricultores de Paulo Bento/RS, a questão: “Você estimula seus filhos a serem agricultores:?”, em junho de 2007.

	Agricultores descapitalizados	Agricultores em transição	Agricultores consolidados
Estimula todos os filhos a serem agricultores (%)	22,2	-	100,0
Estimula só um filho a ser agricultor (%)	44,5	33,4	-
Desestimula os filhos a serem agricultores (%)	33,3	33,3	-
Não influencia (%)	-	33,3	-

(-) Não houve respostas positivas, nestes casos.

FONTE: Pesquisa de campo.

Percebe-se pelas respostas que entre os agricultores descapitalizados e os que se encontram em transição, o maior percentual está com os que estimulam apenas um filho a ser agricultor (33 a 44%) e um terço em cada uma das classificações desestimula todos os filhos a serem agricultores. Se levarmos em consideração que o índice de filhos por casal é de 2,4 nos agricultores descapitalizados e 2 nos agricultores em transição (Tabela 1) e que, em números absolutos são 241 e 145 famílias respectivamente, pode-se estimar que aproximadamente 500 filhos de agricultores estão recebendo estímulo dos pais para abandonarem a atividade. Ainda, pelas informações fornecidas pela tabela 5, deduz-se que uma parcela pequena dos agricultores descapitalizados (22,2%) estimula todos os filhos a serem agricultores, enquanto que entre os agricultores consolidados o desejo é que todos permaneçam na unidade de produção, mesmo tendo maior índice de escolaridade (Tabela 3).

As temáticas até aqui relatadas também foram abordadas com os jovens, para verificar-se a percepção que os mesmos tem sobre este foco da abordagem. A

tabela 6 reflete as informações sobre a idade média e nível de escolaridade dos entrevistados.

Tabela 6 – Média de idade e nível de escolaridade dos filhos de agricultores entrevistados na pesquisa de campo em Paulo Bento/RS, em junho de 2007.

	Jovens oriundos das famílias descapitalizadas	Jovens oriundos das famílias em transição	Jovens oriundos das famílias consolidadas
Idade média – em anos	20,5	21,5	20,5
Até 4ª Série – Ensino Fundamental (%)	22,2	16,7	-
5ª a 8ª Série – Ensino Fundamental (%)	55,6	16,7	50,0
Segundo Grau (%)	22,2	66,6	
Nível Universitário (%)	-	-	50,0

(-) Não foram identificadas, na amostragem, pessoas com este nível de escolaridade.

FONTE: Pesquisa de campo.

Tendo-se presente que a metodologia da pesquisa previu a entrevista de filhos de agricultores com idade superior a treze anos e inferior a trinta, a idade média dos entrevistados não poderia ser muito diferente da que está apresentada na tabela 6. Da mesma forma, o nível de escolaridade pretende reproduzir as declarações dos pais com relação a este aspecto. Devidamente qualificados os entrevistados, procurou-se obter informações referentes às aspirações e a visão de futuro deste público. As perguntas básicas buscaram reproduzir as indagações de Abramovay (2001) no Oeste Catarinense. Em relação ao futuro desejável e o futuro provável, segundo a visão dos entrevistados, os resultados são apresentados na tabela 7. Para obter-se este resultado os entrevistados responderam a duas perguntas básicas: Qual o futuro que você deseja? e, Qual o seu provável futuro profissional?.

Esta tabela reflete, sem sombra de dúvida, que os jovens do meio rural estão sendo empurrados para a urbanização por conta de discursos sensacionalistas de que “ninguém mais quer ficar na agricultura”. A reflexão que o momento nos impõe se, como visto na tabela 7, os jovens desejam ser agricultores, proprietários de unidades produtivas, por que vislumbram um provável futuro longe das lides agropecuárias as quais estão acostumados e preparados?

Tabela 7 – Representação do futuro desejável e provável dos filhos de agricultores em Paulo Bento/RS, em junho de 2007.

	Jovens oriundos das famílias descapitalizadas		Jovens oriundos das famílias em transição		Jovens oriundos das famílias consolidadas	
	Desejável	Provável	Desejável	Provável	Desejável	Provável
Permanecer na agricultura como proprietários (%)	44,5	33,3	66,6	33,4	100,0	100,0
Morar no meio rural com atividades agrícolas e não-agrícolas (%)	22,2	11,1	16,7	33,3	-	-
Morar e trabalhar na cidade (%)	33,3	55,6	16,7	33,3	-	-

(-) Não houve respostas positivas, nestes casos.

FONTE: Pesquisa de campo.

Vimos anteriormente (Tabela 5) que os pais, quer por conta da sua falta de preparo, quer por conta das dificuldades impostas ao meio produtivo agropecuário, vislumbram e impõe, de certa forma até autoritariamente, que os filhos busquem no meio urbano aquilo que eles, como profissionais, não conseguiram no meio rural. Mal se dão contas de que a competitividade urbana a cada limiar de novo dia impõe condições mais restritivas a quem, teve educação formal fragilizada e que, por ordem de necessidades pessoais, precisa trabalhar para prover o seu sustento, em detrimento da especialização profissional.

Com a finalidade de aprofundar-se a questão fez-se outra pergunta aos jovens pesquisados, solicitando-se a opinião dos mesmos sobre a visão de futuro como prováveis agricultores, sucessores de seus pais na atividade. Os resultados são apresentados na tabela 8.

Os resultados apresentados por esta tabela mostram dois fatores potenciais a serem analisados: conforme a renda da unidade de produção vai subindo há maior interesse em permanecer na mesma e, que a visão de dificuldades estão presentes de forma marcante entre os jovens oriundos das famílias descapitalizadas e em transição. Atribui-se o primeiro fato a melhor infraestrutura produtiva e áreas de terra exploráveis maiores, o que pode propiciar retorno financeiro imediato a quem a explorar. O segundo fato, vem em contraponto ao primeiro, pois como são áreas pequenas e infraestrutura fragilizada ou quando existente envelhecida e, muitas

vezes, sucateada faz com que a quem se dedicar a explorá-las necessita de capital externo para viabilizá-la e, desta forma, iniciar na atividade já com dívidas.

Tabela 8 – Opinião dos filhos de agricultores em Paulo Bento/RS, sobre o seu provável destino, em junho de 2007.

	Jovens oriundos das famílias descapitalizadas	Jovens oriundos das famílias em transição	Jovens oriundos das famílias consolidadas
Gostaria de ser e é certo que será agricultor (%)	11,1	28,6	100,0
Prefere outra profissão mas provavelmente será agricultor (%)	11,1	-	-
Deseja ser agricultor, mas vê dificuldades (%)	44,5	57,1	-
Não quer ser agricultor (%)	33,3	14,3	-

(-) Não houve respostas positivas, nestes casos.

FONTE: Pesquisa de campo

Um terceiro ponto que chama a atenção e, de certa forma, surpreende é o fato de que se pode considerar baixo o índice de rejeição pela agricultura, confirmando as considerações anteriores quando afirmou-se que os jovens saem do meio agrícola mais por falta de condições e pelo estímulo familiar que recebem, do que por interesse próprio.

Quando analisou-se o nível de escolaridade (Tabela 3) foi evidenciado que a maior parte dos jovens rurais de Paulo Bento/RS possui como teto educacional o Ensino Fundamental, muitas vezes incompleto. Alguns estudam até o segundo grau, principalmente entre as moças e, poucos, possuem ou ambicionam o nível universitário. Dentro deste cenário formulou-se outra questão: considerando o seu grau de instrução, onde você acha que tem as melhores oportunidades? As respostas estão graficamente dispostas na tabela 9.

Baseando-se nestas respostas pode-se afirmar que o jovem rural tem convicção de que o grau de instrução é uma adversidade para as atividades urbanas e que, por esta razão, também, terá melhores oportunidades na agricultura. No entanto, não tem o mesmo nível de exigência educacional para o gerenciamento e trabalho nas unidades de produção agrícolas, pecuárias ou mistas (agropecuária).

Tabela 9 – Opinião dos filhos de agricultores em Paulo Bento/RS, sobre as melhores oportunidades que podem ter, considerando seu grau de instrução, em junho de 2007.

	Jovens oriundos das famílias descapitalizadas	Jovens oriundos das famílias em transição	Jovens oriundos das famílias consolidadas
No meio rural e na agricultura (%)	44,5	50,0	100,0
No meio rural com atividades agrícola e não agrícolas (%)	33,3	33,3	-
Na cidade, em atividades urbanas (%)	22,2	16,7	-

(-) Não houve respostas positivas, nestes casos.

FONTE: Pesquisa de campo

Perguntou-se a estes jovens “Na sua opinião, qual o nível mínimo de instrução para desempenhar a função de agricultor?”. As respostas obtidas são apresentadas na tabela 10.

Tabela 10 – Opinião dos filhos de agricultores em Paulo Bento/RS, sobre o nível mínimo de instrução para desempenhar a profissão de agricultor, em junho de 2007.

	Jovens oriundos das famílias descapitalizadas	Jovens oriundos das famílias em transição	Jovens oriundos das famílias consolidadas
Saber ler e escrever (%)	10,0	-	25,0
Até 4ª Série do Ensino Fundamental (%)	30,0	28,6	-
Ensino Fundamental completo (%)	40,0	-	-
Segundo grau (%)	10,0	14,3	-
Curso técnico agrícola (segundo grau) (%)	10,0	42,8	50,0
Graduação universitária	-	14,3	25,0

(-) Não houve respostas positivas, nestes casos.

FONTE: Pesquisa de campo.

Observa-se que entre os filhos de agricultores descapitalizadas 80% acreditam que o Ensino Fundamental, mesmo que não seja completo, seja suficiente para viabilizar um empreendimento rural. Os jovens oriundos das famílias em transição e consolidadas já são mais exigentes em relação ao grau de escolaridade

e aparece com maior frequência a citação do curso técnico agrícola a nível de segundo grau como exigência preferencial. Verifica-se ainda, dentro destes grupos, também a citação da graduação universitária como forma de viabilizar a unidade de produção agrícola. Surpreende a informação de que alguns ainda consideram a exigência de saber ler e escrever como suficiente para formar-se um agricultor. Houve também, principalmente entre os jovens das famílias em transição (50%) e das famílias descapitalizadas (33,3%), a afirmação de que a participação em cursos de preparação de mão-de-obra rural e outros afins, que tratem de transferência de tecnologias e processos, são importantes para viabilizar um agricultor.

4.2 Pensando a sucessão na agricultura familiar em Paulo Bento

Como a sucessão hereditária nos empreendimentos agrícolas de Paulo Bento/RS é a razão principal deste trabalho, procurou-se saber dos agricultores e seus filhos quem ficará na propriedade, de que forma e quando isto vai acontecer e colher a percepção que fazem do próprio processo sucessório. Perguntou-se a pais e filhos com quem ficará a propriedade. As respostas obtidas são apresentadas na tabela 11.

Observando-se a tabela 11, de imediato percebe-se que entre pais e filhos não há sintonia nas respostas. O que para os pais está definido, para os filhos já não é bem assim. Para os pais cresce a certeza na sucessão à medida que cresce o rendimento da unidade de produção. Para os filhos a escala de valores crescentes é a mesma, só que em menor intensidade. Percebe-se entre as famílias descapitalizadas que há mais filhos (44,5%) interessados na venda da propriedade, enquanto que entre as famílias em transição e consolidadas esta possibilidade não é nem cogitada, chegando-se apenas a admissibilidade do arrendamento. O grau de incertezas é semelhante entre pais e filhos das famílias descapitalizadas, considerando-se que não saber quem ficará na propriedade, ou se alguém ficará e que os filhos são muito jovens para fazer a escolha são respostas que não fornecem firmeza na afirmação, sugerindo a dúvida. Este mesmo grau de incerteza é menor entre os pais das famílias em transição e maior nos filhos. Nas famílias consolidadas a incerteza inexistente para os pais, mas, quanto aos filhos, estes estão divididos.

Tabela 11 – Opinião dos agricultores e seus filhos sobre quem ficará na propriedade rural atualmente explorada pela família em Paulo Bento/RS, em junho de 2007.

	Famílias descapitalizadas		Famílias em transição		Famílias consolidadas	
	Pais	Filhos	Pais	Filhos	Pais	Filhos
Já está definido (%)	44,5	22,2	66,6	33,2	100,0	50,0
Alguém ficará mas não sabem quem (%)	-	11,1	-	16,7	-	-
Não sabem se alguém ficará na propriedade (%)	22,2	11,1	16,7	16,7	-	-
Ninguém ficará e não sabem o que fazer com a propriedade (%)	-	11,1	16,7	-	-	-
A propriedade será vendida (%)	22,2	44,5	-	-	-	-
A propriedade será arrendada (%)	-	-	-	16,7	-	-
Os filhos são muito jovens para fazer a escolha (%)	11,1	-	-	16,7	-	50,0

(-) Não houve respostas positivas, nestes casos.

FONTE: Pesquisa de campo.

O estudo também buscou saber o que pensam os agricultores, tanto os pais quanto os filhos, sobre quem deverá ser o sucessor hereditário na unidade de produção e identificar as preferências. As respostas obtidas são apresentadas na tabela 12.

Percebe-se pelas respostas apresentadas na tabela 12 que não há critério predominante em se tratando de sucessão hereditária do patrimônio dos pais na agricultura familiar de Paulo Bento/RS. As opiniões entre pais e filhos são muito parecidas não evidenciando sinais de conflito, apenas aparecem sinais de pequenas divergências quanto à interpretação. Tem atraído a atenção o fato de uma pequena parcela dos filhos mencionar o gosto pela agricultura como um fator de decisão, enquanto que para os pais não parece ser relevante esta preocupação.

Tabela 12 – Opinião dos agricultores e seus filhos sobre quem será o sucessor na unidade de produção agrícola explorada pela família em Paulo Bento/RS, em junho de 2007.

	Famílias descapitalizadas		Famílias em transição		Famílias consolidadas	
	Pais	Filhos	Pais	Filhos	Pais	Filhos
O mais velho (%)	22,2	11,1	14,3	12,5	50,0	-
O mais novo (%)	22,2	11,1	14,3	12,5	-	-
Haverá mais de um sucessor (%)	22,2	22,3	28,5	25,0	50,0	50,0
O que tem mais afinidade com os pais (%)	11,2	22,2	14,3	12,5	-	50,0
O que mais gosta de agricultura (%)	-	11,1	-	12,5	-	-
Não há outro herdeiro (%)	22,2	22,2	14,3	12,5	-	-
Ainda não foi escolhido (%)	-	-	14,3	-	-	-

(-) Não houve respostas positivas, nestes casos.

FONTE: Pesquisa de campo.

Como mencionou-se no referencial teórico a afirmação de Weisheimer (2006) de que as filhas de agricultores não “vislumbram entre as suas possibilidades suceder aos pais na gestão da unidade familiar”, o que sugere que há discriminação em relação a gênero, perguntou-se aos pais e as filhas qual a possibilidade destas serem as sucessoras. A questão não foi formulada para filhas de agricultores consolidados porque não estão representadas na pesquisa. As respostas são apresentadas na tabela 13.

Se ao analisar-se a questão anterior não foram encontrados sinais claros de conflitos e tendências, a tabela 13 traduz em números a evidencia do quanto às filhas mulheres podem ser discriminadas na hora da partilha de bens. Os pais das famílias em transição e consolidadas não escondem a preferência pelos filhos homens. Já nas famílias descapitalizadas o processo praticamente é o mesmo, no entanto camuflado. Ao afirmar-se que as filhas receberiam terra se esta fosse suficiente para atender a demanda de todos os filhos, coloca-se a condição feminina na condicionante e, então, ter-se-á a justificativa para o ato de privilegiar os filhos homens. Resta as filhas mulheres o conformismo por uma situação já consolidada

ou a esperança de conflito entre pais com os filhos homens para que possam ter o seu direito de igualdade resguardado.

Tabela 13 – Opinião dos agricultores de Paulo Bento/RS e suas filhas sobre a possibilidade destas virem a herdar a propriedade rural, em junho de 2007.

	Famílias descapitalizadas		Famílias em transição		Famílias consolidadas	
	Pais	Filhas	Pais	Filhas	Pais	Filhas
Quando existe terra para todos os filhos (%)	37,5	-	-	50,0	-	-
Tem as mesmas chances que os homens (%)	12,5	-	-	-	-	-
Nenhuma filha será sucessora (%)	25,0	50,0	-	-	-	-
Prefere os filhos (%)	25,0	-	100,0	-	100,0	-
Quando há conflitos entre os pais e os filhos (%)	-	50,0	-	50,0	-	-

(-) Não houve respostas positivas, nestes casos.

FONTE: Pesquisa de campo.

4.3 Proposições

Sabe-se que qualquer intervenção pública sobre os fatos anteriormente citados torna-se extremamente delicada. Antes de tudo, precisa-se trabalhar em questões que estão enraizadas na sociedade rural e são transmitidas de geração a geração desde que se estabeleceu a agropecuária na região trazida pelos primeiros imigrantes. Diante deste fato as proposições que se fazem a seguir precisarão de ampla análise antes da implantação, serem executadas por profissionais qualificados e preparados para o trabalho junto às unidades de produção agrícola de economia familiar e, acima de tudo, desprendimento político, social e econômico para que as ações possam realmente beneficiar a toda a sociedade. Não teria sentido investir-se recursos públicos em projetos que tenham como fim uma parcela ou casta social, sem que isto represente ganhos para a sociedade como um todo.

4.3.1 Trabalhando a geração de renda e a adequada remuneração da mão-de-obra rural

Não há possibilidade de qualquer que seja o projeto dar certo se as pessoas as quais são determinadas como beneficiárias principais (a sociedade deve ser o beneficiário fim) não forem adequadamente remuneradas vendo-se pelo prisma econômico. Sob outro ângulo de visão, o lado social, é fundamental que se tenha a concepção enquanto indivíduo de crescimento e aprimoramento social e a sensibilidade do coletivo seja positiva para com os atos e os fatos e a sensação de sucesso e progresso percebida e compartilhada por todos. Há de se ter presente ainda, que não se constrói uma sociedade nova sem que sua cultura seja respeitada, as tradições preservadas, gerando no indivíduo a sensação de respeito por sua condição de ser humano e, portanto, ser social. Ainda, considerar o meio em que vive o homem, preservando-o e adequando-o a nova realidade, sem que haja necessidade de destruição da natureza, mas ao contrário, incluindo a sua preservação como aliada ao projeto, atrai o sentimento público de incentivo.

Ao considerar-se importantes as reflexões acima expostas e julgar-se importante que sejam observadas, sugere-se como atenuante ao problema social, onde verificou-se que as áreas produtivas estão ficando cada vez menores, tendo em vista, as sucessivas partilhas, que projetos visando a elevação de renda por área sejam implementados pela gestão pública. Sabe-se que, muitas até aqui foram às tentativas e quase todas foram fadadas ao insucesso. Por isso, fez-se as considerações iniciais e que devem estar presentes na concepção dos projetos.

A proposta não é de projetos acabados e prontos para serem executados. Ao contrário, o que propõe-se é que sejam identificados nichos de mercado, onde possa-se trabalhar a cadeia produtiva como um todo, desde a fase pré-porteira até a entrega do produto final acabado. Para tanto a gestão pública deve enfrentar o desafio de aglutinar as forças em torno de suas diferentes esferas, apoiar-se na assistência técnica e extensão rural e nas organizações sociais dos agricultores, promovendo um debate amplo e respeitoso de onde poderão surgir as idéias práticas para a execução e monitoramento dos projetos. Sabe-se que em pequenas áreas pode-se obter altos rendimentos quando cultivadas com culturas ou criações não tradicionais, mas de alto valor econômico no mercado. Por serem não

tradicionais é imperativo que tenham adequada assistência técnica na produção. Mas de nada adiantará a produção se a forma de chegar ao consumidor final não estará garantida. Neste sentido, recomenda-se detalhada análise mercadológica de viabilidade dos empreendimentos, o que demandará profissionais capacitados em administração e marketing com experiência e visão das particularidades da agropecuária e das famílias dos agricultores, tendo em vista, que trata-se de forma de produção e público diferenciados, cuja lógica de reprodução não encontra precedentes na administração comercial ou industrial, entendidos como tal, os processos produtivos tipicamente urbanos da produção e comercialização de bens de consumo.

Diante do exposto, recomenda-se então, a criação de associações de agricultores, pequenas e enxutas, com a finalidade de produzir e comercializar produtos específicos. Não quer-se aqui discutir a forma de organização, mas sugere-se que estas associações ou pequenas cooperativas sejam assessoradas e orientadas no sentido de optar pela inovação, produzir com qualidade e respeito ao consumidor e, na medida do possível, promover o intercâmbio entre as duas partes, respeitando-se as opiniões de cada segmento, procurando-se a equivalência. Da mesma forma, a gestão pública deve prover inicialmente meios de administração e gestão dos empreendimentos de forma que o êxito possa transformar-se com o transcorrer do tempo em independência do projeto e das famílias envolvidas.

4.3.2 Trabalhando a questão de gênero

Na forma de trabalho proposta anteriormente muito pode ser feito para minimizar-se os efeitos tradicionais da cultura machista que impera na agricultura familiar que, como viu-se nos resultados da pesquisa cria o filho homem para a agricultura e a filha mulher para as atividades urbanas. Ao incorporar-se as rotinas da unidade de produção uma atividade nova e rentável deve-se prever a participação da mulher em igualdade de condições com o homem, seja nas atividades de produção, gestão ou comercialização, sem descuidar-se das diferenças fisiológicas que fazem de cada indivíduo um ser diferente, mas com habilidades particulares. Assim como em qualquer processo produtivo prevê-se a

aptidão para o exercício da tarefa, nas questões relativas a produção agropecuária, o mesmo princípio deve ser aplicado. Desta forma, dentro de uma família de agricultores, encontram-se pessoas com habilidades diferenciadas e a quem couber a tarefa de propor a introdução de uma atividade não tradicional deve ser capaz de identificar o potencial e as habilidades pessoais.

A forma de valorização do trabalho feminino nas unidades de produção é atribuir-se a ele valores que possam ser percebidos como importantes inclusive para a reprodução econômica da família. Desta forma, propor trabalhos femininos que liberem o lado artístico das pessoas como o artesanato e as prendas domésticas devem ser apenas complementares e não a finalidade como costumeiramente se faz. A inclusão do trabalho feminino produtivo e a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres não eram considerados importantes até pouco tempo atrás, inclusive nas cidades, onde hoje ganha espaço e passa a ser considerado forma imperiosa de desenvolvimento familiar. Por esta razão recomenda-se que este debate também seja realizado com as famílias de agricultores, não como forma da causa feminista, mas de sobrevivência e aglutinação dos empreendimentos agrícolas e familiares.

Vê-se, neste sentido, um potencial inexplorado e de possibilidades de êxito no município de Paulo Bento/RS, a cerca do desenvolvimento do turismo rural. Tendo localização regional privilegiada, cultura diversificada e a agricultura familiar passando por crises econômicas e existenciais, o momento é propício a propostas de largo alcance social. E, esta é uma das atividades, onde a condição feminina encontra valorização plena e ganha importância e reconhecimento social.

4.3.3 Trabalhando a questão educacional

Percebeu-se no desenrolar do presente estudo que a educação para os agricultores familiares do município de Paulo Bento é percebida em dois momentos distintos: em menor grau para quem optar por ser agricultor e mais esmerada para os que optarem pelos trabalhos urbanos. Embora encontre-se jovens com o segundo grau completo e até, alguns cursando graduação universitária, nas propriedades e dispostos a continuarem lá, principalmente nos grupos das famílias

em transição e consolidadas, o normal para quem permanece na agricultura é cursar o ensino fundamental, habitualmente abandonado antes da conclusão do mesmo.

Ao reportar-se ao nível educacional de outros países chama a atenção o fato de que, segundo Halamska (1993), entre os agricultores poloneses, sabendo-se que ficará apenas um herdeiro na propriedade paterna devido às áreas das propriedades serem muito pequenas, a necessidade imposta pelos pais e pela tradição agrícola local de estudarem agricultura como elemento essencial de decisão na hereditariedade da terra. Desta forma, é escolhido o sucessor aquele que, melhor tem se preparado para o exercício da profissão de agricultor.

Neste sentido, este estudo propõe a gestão pública da agricultura familiar de Paulo Bento/RS maiores cuidados com a educação daqueles filhos de agricultores que querem permanecer na agricultura e serão os sucessores de seus pais nas atividades agropecuárias. Propõem-se então, maiores esforços do poder público para que todos os filhos de agricultores concluam o ensino fundamental obrigatoriamente e, no currículo, incluam-se disciplinas destinadas não só a técnicas agropecuárias de produção, mas e, principalmente de gestão de propriedades, mesmo que para isso, tenha-se que usar turno inverso ao do currículo programático formal.

Entretanto, considerando-se que grande parte dos atuais possíveis sucessores na agricultura familiar já estão fora da idade escolar, propõe-se ainda, a transformação do Centro Ambiental da Linha Quatro em Escola de Agricultores que num primeiro momento deverá atuar na educação informal dos jovens e agricultores, promovendo cursos práticos nas áreas sugeridas acima, sendo de fundamental importância que promova-se ao menos um curso, com duração mínima de um ano, com aulas presenciais concentradas em um único dia do mês, tendo como tema as práticas de gestão de propriedades que, como demonstrou a pesquisa, são totalmente ignoradas entre os agricultores descapitalizados, pouco conhecidas e quando aplicadas nos outros dois grupos, totalmente inadequadas, muitas vezes seguindo padrões gerenciais e contábeis criados para as atividades tipicamente urbanas, onde não leva-se em consideração a gestão de riscos inerentes as peculiaridades da agricultura e da pecuária e, muito menos, do caráter familiar da produção.

Por outro lado, vê-se como possibilidade real, buscar-se no ensino formal uma oportunidade de formar gestores de propriedades rurais, aproveitando-se o

mesmo espaço. Propõe-se, então, que num prazo um pouco mais longo, transforme-se o local em uma escola técnica de segundo grau, em cujo currículo estejam previstas, além dos conteúdos programáticos oficiais, disciplinas voltadas à gestão e produção nas unidades agrícolas de produção de economia familiar. Acredita-se, que para este fim, pela localização do Centro Ambiental da Linha Quatro, possa haver parcerias entre as Prefeituras Municipais de Paulo Bento, Ponte Preta, Jacutinga e Quatro Irmãos.

4.3.4 Trabalhando o acesso a terra

Quer-se, neste espaço, registrar o apoio que o Programa Nacional de Crédito Fundiário recebe por parte dos agricultores que foram pesquisados e, ao mesmo tempo, fazer críticas e proposições concernentes a dois aspectos limitantes: a amplitude de abrangência e o valor teto de crédito.

Em referencia a amplitude de abrangência, tendo como base este estudo, bem como outros estudos na área e, especialmente, a pesquisa realizada por Abromovay (2001) no Oeste Catarinense, região de características semelhantes ao Alto Uruguai Gaúcho, onde está inserido o município de Paulo Bento, propõe-se que o mesmo passe a financiar a um ou mais herdeiros as partes co-herdeiras daqueles que não pretendem continuar em atividades agrícolas. Sabe-se que da divisão igualitária destas propriedades entre os herdeiros, resultariam propriedades cujas áreas inviabilizam a permanência de todos os filhos na atividade agrícola. Também, sabe-se que as propriedades de pequeno porte, em sua grande maioria, salvo raras exceções, pertencem a famílias descapitalizadas e, que, o herdeiro que sucederia aos pais, não tem condições econômicas de adquirir as demais áreas de seus irmãos. Estes, por sua vez, aguardam ansiosamente o momento da partilha para melhorar suas condições de vida em um novo local, normalmente no espaço urbano. Aos pais, cabe então, fazer valer a partilha não igualitária, quando normalmente são excluídas do processo sucessório as filhas mulheres, ou deixar transcorrer uma partilha igualitária, quando normalmente, a propriedade é vendida para agricultores consolidados ou empresas agropecuárias. O resultado obtido com a venda, normalmente, é dividido de forma igualitária entre os irmãos que, não conseguem

com o dinheiro obtido adquirir um novo pedaço de terra para estabelecer-se na agricultura e, ocorre, então o chamado êxodo rural e todos vão procurar a reprodução social e econômica de suas famílias em espaços urbanos, mesmo não querendo ou não estando preparados para o exercício de atividades não-agrícolas.

Deste modo, se a gestão pública governamental, disponibilizar crédito facilitado e em longo prazo, aos moldes do Programa Nacional de Crédito Fundiário para a transação destas áreas entre as partes co-herdeiras, um ou mais membros da família, de acordo com o tamanho da área e interesse dos sucessores, poderiam permanecer no espaço agrícola familiar, dando continuidade e aperfeiçoando o projeto produtivo, sem descaracterizar o meio rural. Pelos motivos expostos, sugere-se então, que as autoridades competentes autorizem estudos de forma a viabilizar mais este instrumento para que a agricultura familiar tenha realmente uma maneira acessível de encontrar forma de reprodução social, econômica, cultural e ambiental na área da propriedade familiar, que não significa apenas um ativo econômico, mas tem histórias e tradições a serem mantidas e perpetuadas.

Por outro lado, o teto financiável pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, no valor de R\$ 40.000,00, para a realidade do mercado imobiliário do município de Paulo Bento/RS é muito baixo e, portanto, somente permite a aquisição de áreas muito pequenas ou de terras, muitas vezes, impróprias para a exploração agropecuária por sua condição de alta declividade ou de aflorações rochosas e pedregosidade. Estes fatores tornam a viabilidade econômica duvidosa ou, no mínimo, de difícil projeção e comprovação nos projetos financiados pelo programa no município. Tendo-se em vista que o mercado imobiliário atual cota entre R\$ 8.000,00 e R\$ 10.000,00 por hectare de terra com bom potencial agricultável em Paulo Bento/RS e que o módulo fiscal¹¹ para o município é de 20 ha, o ideal seria trabalhar com valores tetos entre R\$ 150.000,00 e R\$ 200.000,00. Dadas às peculiaridades de cada região e a admissibilidade destas pelos órgãos oficiais e governos, propõe-se que os valores teto financiáveis em programas de crédito fundiário para a agricultura familiar leve em consideração o módulo fiscal e o valor médio do mercado de imóveis rurais no município de aquisição do imóvel. Acredita-

¹¹ O módulo fiscal, segundo Augusto (2005), é definido por município, de acordo com o Estatuto da Terra, em função da exploração predominante, da renda obtida por esta exploração, de outras explorações existentes no município que, embora não-predominantes sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada e do conceito de propriedade familiar. Em tese, é a área mínima para o desenvolvimento satisfatório das explorações agropecuárias familiares.

se que estas solicitações devam fazer parte do rol de reivindicações das formas representativas dos agricultores familiares e das autoridades locais.

4.3.5 Trabalhando a agregação de valor a produção primária

A agricultura familiar em Paulo Bento/RS tem demonstrado que sabe produzir, não somente “*commodities*”¹² agropecuários, mas também transformar a produção em produtos acabados e com qualidade muito boa e apreciada. Prova disto é o sucesso que fazem as queijarias e os embutidores de derivados de carne suína, que trabalham sob o regime de inspeção sanitária realizado pelo município de Erechim¹³. Este trabalho de transformação das matérias-primas apresenta-se amplo e com possibilidades variadas. Pode-se trabalhar na transformação não apenas de produtos de origem animal como o leite, as carnes e os ovos, mas também na transformação dos produtos de origem vegetal como as farinhas, as hortaliças, os legumes, as frutas e os cereais, de um modo geral. O comércio regional oferece boas oportunidades e o ambiente, entre os agricultores de economia familiar, oportuniza a implantação de projetos que visem a agregação de valor aos produtos, tendo em vista a baixa remuneração obtida pelos “*commodities*”, as freqüentes frustrações de safras e os problemas de insolvência das cooperativas e empresas, potenciais compradoras da produção obtida.

¹² Definição segundo Sandroni (1994): “Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, algodão, estanho, cobre, etc ...”

¹³:“A legislação brasileira não permite que um produto inspecionado por um município seja comercializado em outro, de acordo com a Lei Nº 7.889, de 23 de novembro de 1.989, Art. 4º (Senado Federal, 1989). Desta forma, caso fosse instalado um serviço de inspeção pelo Município de Paulo Bento, a agroindústria perderia o seu principal reduto consumidor, ou seja, os mais de cem mil habitantes da cidade de Erechim, cuja economia baseia-se, principalmente, na indústria, comércio e na prestação de serviços. Por um acordo de cavalheiros entre as administrações dos dois municípios a inspeção sanitária continuou sendo feita pelo segundo, possibilitando assim a comercialização. Porém, a situação não gerou segurança nem a agroindústria, nem as prefeituras das duas cidades, pois sob o ponto de vista do aspecto legal todos estavam cometendo irregularidades se não pela ação, ao menos pela omissão.” (KOCZICESKI, 2007, p. 16-17).

Mas, para que este fato torne-se uma realidade municipal, propõe-se à criação de estruturas de apoio. E a primeira e mais urgente é a criação do “sistema municipal de inspeção sanitária”. Somente produtos inspecionados podem ser comercializados. E não há razão para produção se não houver comercialização. Com a mudança nas leis brasileiras, hoje é possível realizar a operação de venda dos produtos sob inspeção sanitária municipal em qualquer cidade ou estado brasileiro¹⁴. Esta possibilidade deve estar presente nas razões dos gestores da política agrícola municipal e, não podem mais negligenciar sobre este assunto, sob pena de serem acusados futuramente de conduzir a agricultura familiar à extinção.

Pensando-se nas estruturas de apoio, a gestão pública como um todo, deve proporcionar as famílias interessadas apoio logístico, que vai desde a fase de planejamento de implantação da unidade de processamento agroindustrial até a fase de comercialização dos produtos acabados. E ao falar-se em apoio logístico, quer-se que a dimensão desta forma de apoio seja compreendida desde a preparação das famílias, passando pelas fases de planejamento e instalação, pelo aperfeiçoamento das atividades produtivas, administrativas e gerenciais, bem como na organização de estruturas associativas para fins de distribuição e comercialização.

4.3.6 Proposições para as entidades apoiadoras e organizacionais: assistência técnica e extensão rural, universidades, sindicatos e associações.

O trabalho das entidades de apoio como a EMATER/RS-ASCAR, Secretaria Municipal de Agricultura, Inspeção Veterinária e bancos têm proporcionado certo alento a prosperidade dos agricultores e, em conseqüência, facilitado a sucessão em diversas unidades de produção. No entanto, este apoio, revela-se insuficiente diante das adversidades crescentes à sucessão hereditária, especialmente, entre os agricultores descapitalizados.

Da mesma forma, os sindicatos de trabalhadores rurais e as diversas associações de agricultores contribuem para minimizar os efeitos catastróficos da

¹⁴ “A possibilidade de conquistar novos mercados, em qualquer parte do país, está contemplada no Decreto N° 5.741, de 30 de março de 2006 (PRESIDENCIA DA REPUBLICA, 2006), que institui o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA” (KOCZICESKI, 2007, p. 53).

crescente tendência de concentração de renda e, conseqüente, exclusão do sistema produtivo das pessoas mais vulneráveis economicamente.

As universidades instaladas na região, embora não discuta-se a importância na acumulação do conhecimento regional sobre as peculiaridades da agricultura de economia familiar, ainda deixam a desejar, quanto a distribuição e extensão destes mesmos conhecimentos. Especialmente, ao citar-se a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, por ter-se o domínio sobre sua atuação, considera-se lamentável, que tantos trabalhos produzidos com qualidade pela comunidade acadêmica, não adquiram visibilidade por absoluta falta de interesse no investimento em ensino superior público e gratuito, por parte das lideranças regionais e autoridades estaduais.

Levando-se em consideração os motivos expostos e, que não encontrou-se literatura sobre o processo sucessório na agricultura familiar na região do Alto Uruguai, propõe-se que, forma similar do presente estudo, seja realizado em nível regional. A pesquisa sempre gera informações que auxiliam na tomada de decisões e é de fundamental importância a quem se propõe a orientar, executar ou estudar políticas públicas. Portanto, vê-se, neste tema, importância grandiosa para orientar os trabalhos da executora oficial da assistência técnica e extensão rural no Estado, a EMATER/RS-ASCAR, bem como para a UERGS, criada com a finalidade de dispor conhecimentos ainda não gerados por outras instituições. Por esta razão, propõe-se que estas instituições, de forma conjunta ou isolada, viabilizem a execução de estudo semelhante a este, que ora apresenta-se, abrangendo todos os municípios que compõe a região e tem na agricultura de economia familiar base importante, para a própria reprodução social, cultural, econômica e ambiental do município.

Para as demais entidades citadas, propõe-se que emprestem seu auxílio as executoras do estudo, dêem apoio logístico e apresentem a fatura de cobrança, exigindo a realização do mesmo. Salieta-se, ainda, que as informações geradas por este estudo podem pautar reivindicações fundamentadas e tomadas de decisão mais adequadas à realidade regional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar-se a apresentação do presente estudo, tem-se a sensação de haver mexido num vespeiro e as primeiras vespas invocarem seu direito à defesa, ou seja, atacarem o possível agressor, mesmo que este tenha os bons propósitos de facilitar a sua reprodução, enquanto comunidade. Desta forma, acredita-se que apenas um pequeno passo foi dado em relação ao conhecimento do processo sucessório na agricultura de economia familiar e, que muito ainda tem-se a descobrir e conhecer.

Procurou-se conhecer em que condições acontecem à sucessão hereditária nas economias agropecuárias sob regime economia familiar no município de Paulo Bento/RS e constatou-se que, além das obviedades, fatores relacionados à cultura, a tradição, as condições econômicas dos herdeiros e a forma de administração praticada nas unidades de produção agropecuária, tem influenciado, de sobremaneira, o processo sucessório. Aliás, processo este, que devido a precariedade econômica das famílias rurais mais empobrecidas está levando a concentração das terras agricultáveis junto as famílias já consolidadas no processo produtivo ou para a agricultura de porte empresarial.

Os jovens do meio rural, embora desejam, em sua maioria, dar continuidade as atividades tradicionais de seus pais na propriedade rural encontram dificuldades em adquirir as partes co-herdeiras dos irmãos que decidiram abandonar a agricultura e, desta forma, a unidade de produção acaba sendo vendida e a seus moradores não resta outra alternativa, senão buscar a reprodução familiar nos centros urbanos. Esta tendência é muito alta entre as famílias descapitalizadas e não se reproduz nas famílias em transição ou já consolidadas no processo produtivo. Nestas, é mais comum, a partilha das terras serem não igualitárias, privilegiando os filhos do sexo

masculino, sendo as filhas preparadas para a vida urbana. Desta forma, o meio rural, está cada vez mais masculinizado e são poucas as moças que querem permanecer no meio rural, contribuindo para o processo de êxodo rural também entre os homens.

Diante deste quadro, propôs-se ações para minimizar esta problemática social, as quais constituem-se em desafio para os planejadores, organizadores e operadores da gestão pública, quer seja, a nível municipal, estadual ou federal. Tem-se proposto a implantação de culturas ou criações não tradicionais, com maior valor agregado por área, para fortalecer a renda agrícola, principalmente, para as famílias descapitalizadas e, desta maneira, buscar melhor remuneração pelo trabalho agrícola. Propôs-se, também, investimentos e incentivos ao turismo rural, como forma de valorização social e econômica do trabalho feminino. Considerou-se que a melhoria do nível educacional dos futuros agricultores é fator determinante para o sucesso dos novos investimentos, propondo-se o preparo das pessoas no setor produtivo, mas também e, principalmente, no setor de gestão e gerenciamento dos empreendimentos, atuando-se para tal fim, ora com o ensino formal, ora com o ensino informal. Fez-se sugestões para a melhoria da política nacional de crédito fundiário que, sendo regionalizada, poderá contemplar os anseios dos agricultores e, realmente viabilizá-los, na produção agropecuária. Ainda, considerando-se que a pluriatividade no município é expressiva e que é fator de retenção das pessoas mais jovens nas propriedades, propôs-se a criação de um sistema municipal de inspeção sanitária vinculado ao sistema unificado nacional, buscando, desta forma, a agregação de valor a produção primária e a facilidade de comercialização destes produtos em qualquer parte do país, a partir de estruturas municipais de apoio logístico. Finalmente, propôs-se que modo similar desta pesquisa seja realizada de forma regionalizada, buscando ampliar o conhecimento das razões que impedem o avanço da agricultura familiar na região norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Desta forma, acredita-se que foi dado, embora de forma bastante restrita, ainda, um passo inicial na busca das reais razões que travam o crescimento e a multiplicação de unidades familiares de produção agropecuária, no município de Paulo Bento/RS.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABROMOVAY, Ricardo (Coord.). **Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura familiar**. Brasília, Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

AUGUSTO, Eduardo Agostinho Arruda. **Georeferenciamento de imóveis rurais: a gratuidade legal**. São Paulo, Irib, 2005. Disponível em: <<http://www.irib.org.br>>. Acesso em: 27 jun. 2007.

BAVARESCO, Pedro Antonio. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do Assentamento Annoni (fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

BRUMER, Anita. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, UNICAMP, 1993.

CAMPOS, Gines Leopoldo R. de. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

CARNEIRO, Maria José. **Acesso a terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org>>. Acesso em: 28 abr.2007.

COSTABEBER, José Antonio & CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo (Org.) et. al. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no mercosul**. Santa Maria, UFSM, 2003.

FIALHO, Marco Antonio Verardi. **Agricultura familiar e as rendas não-agrícolas na região metropolitana de Porto Alegre: um estudo de caso dos municípios de**

Dois Irmãos e Ivoti – RS. Dissertação de mestrado em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000. (não publicado)

GANNA, Alia. A exploração familiar na Tunísia. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, UNICAMP, 1993.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO/051/BRA, 1999.

HALAMSKA, Maria. A exploração familiar na Polônia. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, UNICAMP, 1993.

KOCZICESKI, Sérgio Luiz. **Industrialização, comercialização e distribuição da carne suína: o caso da Associação dos Agricultores Familiares de Erechim/RS**. Relatório de estágio supervisionado, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Erechim, 2007. (não publicado).

LAMARCHE, Hugues (Coord.) et.al. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, UNICAMP, 1993.

LIMA, Arlindo Prestes de et. al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. 2.ed. Ijuí, Unijuí, 2001.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil. **Portal da Secretaria da Agricultura Familiar**. Brasília, MDA, 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 07 jun.2007.

PINHEIRO, Diógenes. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. São Paulo, Best Seller, 1994. Disponível em: <<http://www.ens.ufsc.br>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

STANEK, Oleg. A exploração familiar no Canadá. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, UNICAMP, 1993.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

TREMEA, Oddir. Uma proposta para viabilizar a agricultura familiar: o pacto novo Rio Grande. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

WEISHEIMER, Nilson. **Jovens agricultores: intersecções entre relações sociais de gênero e projetos profissionais**. Porto Alegre, UFRGS, 2006. Disponível em: <<http://www.fazendogenero7.ufsc.br>>. Acesso em: 27 abr.2007.

APENDICE A

QUESTIONÁRIO PARA PAIS

IDADE (PAI): _____ (MÃE): _____

1. Quantos filhos vocês tem? _____

2. Situação dos filhos:

	Idade	Sexo	Estado civil	Grau de instrução	Profissão
Filho 1					
Filho 2					
Filho 3					
Filho 4					
Filho 5					
Filho 6					

3. Seu filho saiu da propriedade para fazer o que?

	Estudar	Trabalhar	Estudar e trabalhar	Vai voltar?
Filho 1				
Filho 2				
Filho 3				
Filho 4				
Filho 5				
Filho 6				

4. Você estimula seus filhos a serem agricultores?

- () Estimula todos os filhos a serem agricultores.
- () Estimula só um filho a ser agricultor.
- () Desestimula seus filhos a serem agricultores.
- () Não influencia os filhos nem a favor e nem contra.

5. Na sua opinião quem ficará na propriedade?

- () Já foi definido (já sabe quem ficará).
- () Alguém ficará mas ainda não sabe quem.
- () Não sabe se alguém ficará na propriedade.
- () Ninguém ficará e não sabem o que fazer com a propriedade.
- () A propriedade será vendida.
- () A propriedade será arrendada.
- () Os filhos são muito jovens para fazer a escolha.

6. Na sua opinião, quem será escolhido como sucessor na sua propriedade?

- () O mais velho.
- () O mais novo.
- () O mais estudado.
- () O que mais gosta da agricultura.
- () Não há critério definido.

- Ainda não foi escolhido.
- Haverá mais de um sucessor.
- O que tem mais afinidade com os pais.

7. Na sua opinião, quem participou (ou vai participar) da escolha do sucessor da sua propriedade?

- A escolha foi feita (ou vai ser feita) pelos pais.
- Só os homens participaram (ou vão participar) da escolha.
- Toda a família participou (ou vai participar) da escolha.
- Outra: _____

8. Quando somente um filho herdar a propriedade como será feita a compensação aos demais irmãos?

- Não terão compensação porque o herdeiro ficará com a responsabilidade de cuidar dos pais.
- Através de capitais não-agrícolas (lotes, casas, poupança).
- Através de capitais agrícolas (animais, produtos, etc.).
- Através de estudo e dinheiro.
- Todos ganharão terra da propriedade dos pais.
- Será feito acerto no momento final de transmissão do patrimônio, dependendo da situação econômica de cada filho.
- O herdeiro da propriedade compensará os demais (dinheiro, produto, etc.).

9. Em que momento será feita a transferência do controle da propriedade?

- Quando os pais tiverem uma renda garantida.
- Quando o sucessor estiver preparado.
- Não será feita enquanto o pai tiver condições de dirigir a propriedade.
- Não pensaram ainda.

10. Como é o gerenciamento do trabalho na unidade familiar?

- O pai controla e todos trabalham em todas as atividades.
- Todos participam do gerenciamento e do trabalho.
- O pai controla todas as atividades e o trabalho é dividido.
- Cada filho controla uma atividade e trabalha em todas.
- Cada filho gerencia e trabalha em uma atividade.
- Outra: _____

11. Na sua opinião, qual a possibilidade das filhas serem as sucessoras? (Só para quem tem filha do sexo feminino)

- Quando existe terra para todos os filhos.
- Tem as mesmas chances que os homens.
- Nenhuma filha será sucessora.
- Depende do relacionamento do genro com o sogro e a sogra.
- Prefere as filhas.
- Prefere os filhos.

12. Vocês teriam interesse em fazer um financiamento para adquirir uma propriedade e instalar seus filhos na agricultura?

- Sim
- Não

() Os filhos não querem permanecer na agricultura.

13. Vocês teriam interesse em fazer um financiamento fundiário nas condições do Crédito Fundiário?

- () Tomaria o empréstimo
- () Não tomaria o empréstimo
- () Não tem condições de avaliar

14. Em relação a terra para os filhos:

- () Ficará mais de um sucessor e a terra é suficiente
- () Ficará mais de um sucessor e a terra não é suficiente
- () Só existe um sucessor e a terra é suficiente
- () Só existe um sucessor mas a terra não é suficiente
- () Só ficará um sucessor e os outros precisarão de terra
- () Só ficará um sucessor e os outros não precisarão de terra
- () Só ficará um sucessor e os outros não querem terra
- () Nenhum filho quer ficar na propriedade

15. Qual a origem da renda agrícola da propriedade?

- () Somente da agricultura
- () Somente da pecuária
- () Da agricultura e da pecuária
- () Transformação da produção e produtos frescos

16. Qual a participação da aposentadoria na renda total da propriedade?

- () Menos de 25%
- () Entre 25 e 50%
- () Entre 50 e 75%
- () Mais de 75%.

17. Quantas pessoas moram na propriedade e trabalham fora?

- () Nenhuma
- () Uma
- () Duas
- () Três
- () Quatro ou mais.

18. Na propriedade de vocês existem registros escritos quanto a:

- () inventário de terras (croqui mostrando áreas de cultivo, pastagens e as demais).
- () inventário de benfeitorias (área, valor, ano de construção).
- () inventário de máquinas e equipamentos.
- () inventário de animais (data da compra ou nascimento, raça, valor, partos).
- () controle de mão-de-obra (tempo destinado a cada atividade, no horas, dias).
- () controle do uso de máquinas e equipamentos (horas trabalhadas por atividade).
- () controle do uso de insumos e serviços terceirizados (quantidade, datas, preços)
- () controle nos reparos (concertos/serviços) nas máquinas e equipamentos (data, valor, peças trocadas).
- () controle das despesas gerais (receitas e despesas).
- () controle dos custos de produção por cultura ou criação.

19. Área da propriedade:

() Terra própria: _____

() Terra arrendada: _____

() Parceria (áreas cultivadas em parceria com terceiros): _____

ENTREVISTADOR: _____

OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR: () Descapitalizado () Transição

() Consolidado.

Outras:

APENDICE B

QUESTIONÁRIO PARA RAPAZES E MOÇAS

IDADE: _____ SEXO: _____

1. Qual o futuro que você deseja?

- permanecer na agricultura como proprietário.
- trabalhar e morar na cidade.
- ficar no meio rural, trabalhando em atividades não-agrícolas.
- Outra: _____

2. Qual o seu provável futuro profissional?

- permanecer na agricultura como proprietário.
- trabalhar e morar na cidade.
- ficar no meio rural, trabalhando em atividades não-agrícolas.
- Outra: _____

3. Na sua opinião, como você vê o seu futuro como agricultor(a)?

- Gostaria de ser agricultor e é certo que será agricultor.
- Prefere outra profissão, mas provavelmente será agricultor.
- Desejaria ser agricultor, mas vê dificuldades.
- Não sabe se será agricultor porque ainda não pensou nisso.
- Não deseja ser agricultor.
- Outra: _____

4. Considerando o seu grau de instrução, onde você acha que tem as melhores oportunidades?

- no meio rural e na agricultura.
- no meio rural com atividades agrícolas e não-agrícolas.
- na cidade mas com a renda principal de atividades agrícolas.
- Na cidade, em atividades das cidades (serviços, indústria, comércio, etc.)

5. Seu grau de instrução é:

- Não alfabetizado.
- Até 4a série
- 5a a 8a série
- 2o grau incompleto
- 2o grau completo
- 3o grau incompleto
- 3o grau completo
- Pós-graduação.

6. Na sua opinião, qual é o nível mínimo de instrução para desempenhar a profissão de agricultor?

- Saber ler e escrever.
- Primário completo (4a série)
- Ginásio (8a série)
- Segundo grau.
- Curso técnico agrícola (segundo grau)

- () Faculdade
() Cursos profissionalizantes – educação informal.
7. Em que condições você aceitaria ser agricultor fora do município de Paulo Bento?
() Somente com crédito fundiário e de instalação.
() Somente através da reforma agrária.
() Somente em terras de melhor qualidade.
() Em qualquer das situações anteriores.
() Não aceitaria sair do município.
8. Na sua opinião, quem ficará na propriedade de seus pais?
() Já foi definido (já sabe quem ficará).
() Alguém ficará mas ainda não sabe quem.
() Não sabe se alguém ficará na propriedade.
() Ninguém ficará e não sabem o que fazer com a propriedade.
() A propriedade será vendida.
() A propriedade será arrendada.
() Os filhos são muito jovens para fazer a escolha.
9. Na sua opinião, quem será escolhido como sucessor na propriedade de seus pais?
() O mais velho.
() O mais novo.
() O mais estudado.
() O que mais gosta da agricultura.
() Não há critério definido.
() Ainda não foi escolhido.
() Haverá mais de um sucessor.
() O que tem mais afinidade com os pais.
10. Na sua opinião, quem participou (ou vai participar) da escolha do sucessor da propriedade de seus pais?
() A escolha foi feita (ou vai ser feita) pelos pais.
() Só os homens participaram (ou vão participar) da escolha.
() Toda a família participou (ou vai participar) da escolha.
() Outra: _____
11. Quando somente um filho herdar a propriedade como será feita a compensação aos demais irmãos?
() Não terão compensação porque o herdeiro ficará com a responsabilidade de cuidar dos pais.
() Através de capitais não-agrícolas (lotes, casas, poupança).
() Através de capitais agrícolas (animais, produtos, etc.).
() Através de estudo e dinheiro.
() Todos ganharão terra da propriedade dos pais.
() Será feito acerto no momento final de transmissão do patrimônio, dependendo da situação econômica de cada filho.
() O herdeiro da propriedade compensará os demais (dinheiro, produto, etc.).

12. Na sua opinião, em que momento será feita a transferência do controle da propriedade?

- Quando os pais tiverem uma renda garantida.
- Quando o sucessor estiver preparado.
- Não será feita enquanto o pai tiver condições de dirigir a propriedade.
- Não pensaram ainda.

13. Diante de uma nova idéia que você faça para a organização da propriedade, qual a reação de seus pais?

- Não aceitam nem discutir.
- Rejeitam quase sempre.
- Aceitam quase sempre.
- Não costuma fazer propostas novas.
- Discutem em família e aceitam algumas propostas.

14. Você está de acordo com os últimos investimentos realizados na propriedade?

- Não houve investimentos.
- Está de acordo com eles.
- Concorda em parte.
- Não concorda.
- Não participou das decisões.
- A decisão foi sua.

15. Na sua percepção, como está a sua participação nas decisões da propriedade?

- Está diminuindo.
- Continua igual.
- Está aumentando.
- É responsável pela propriedade.
- Não participa das decisões.

16. Você desenvolve atividades individuais para obter seu próprio dinheiro?

- Faz plantio ou na criação na propriedade.
- Trabalho agrícola fora da propriedade.
- Trabalho não-agrícola fora da propriedade.
- Não desenvolve atividade individual.

17. Qual o principal motivo para você buscar seu próprio dinheiro?

- Está se capitalizando para ter sua propriedade no futuro.
- Para seu lazer.
- Para comprar bens de uso pessoal.
- Para estudar.
- Outras: _____

18. Na sua opinião, qual a possibilidade de você vir a ser a sucessora da propriedade de seus pais? (Só para as moças)

- Não será sucessora.
- Quando existe terra para todos.
- Tem as mesmas chances que os homens.
- Quando há conflito entre os pais e os filhos.
- Depende do relacionamento do genro com os pais.

() Há preferência pelas filhas.

19. Qual sua atribuição na propriedade? (Só para as moças)

- () Só as atividades domésticas.
 () Domésticas e esporadicamente na lavoura/criações.
 () Doméstica e lavoura/criações.

20. Se você tivesse recursos disponíveis onde aplicaria primeiro?

- () Na agricultura
 () Bens urbanos
 () Comprar terra
 () Poupança
 () Uso pessoal
 () Estudo
 () Outra atividade na propriedade
 () Outra atividade fora da agricultura

21. Fora um programa adequado para instalação de jovens agricultores você acha que há condições de se viabilizar na agricultura?

- () Não há condições de se viabilizar na agricultura.
 () Através de mudança de atividades
 () Através de melhor gerenciamento e melhor tecnologia
 () Mudando as atividades com melhor gerenciamento/tecnologia
 () Desenvolvendo atividades que agreguem maior valor
 () Desenvolvendo outras atividades além da agricultura
 () Herdando a propriedade do pai

22. Você tem interesse em fazer um financiamento fundiário nas condições do Crédito Fundiário?

- () Tomaria o empréstimo
 () Não tomaria o empréstimo
 () Não tem condições de avaliar

23. Você tem interesse em fazer um financiamento para adquirir uma propriedade e instalar-se como agricultora? (Só para as moças)

- () Sim
 () Não
 () Depende das condições

24. Qual sua opinião sobre a quantidade e a qualidade da terra de sua família?

- () A quantidade de terra a ser herdada é suficiente e boa.
 () A quantidade é suficiente mas de má qualidade
 () A quantidade é insuficiente e de má qualidade
 () A quantidade é insuficiente mas de boa qualidade
 () Não tem condições de avaliar

ENTREVISTADOR: _____

OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR: () Descapitalizado () Transição
 () Consolidado.

Outras:

K76s Kocziceski, Sérgio Luiz
Sucessão na Agricultura Familiar: Problemática Social e Desafios para a Gestão Pública em Paulo Bento /RS / Sérgio Luiz Kocziceski. – Erechim, 2007.
62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Administração, Unidade em Erechim, 2007.
Orientadora: Profa. Rosane Menna Barreto Peluso.

1. Agricultura Familiar. 2. Ciências da Vida e do Meio Ambiente. I. Peluso, Rosane Menna Barreto. II. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Administração, Unidade em Erechim. III. Título.

CDU 338.43